

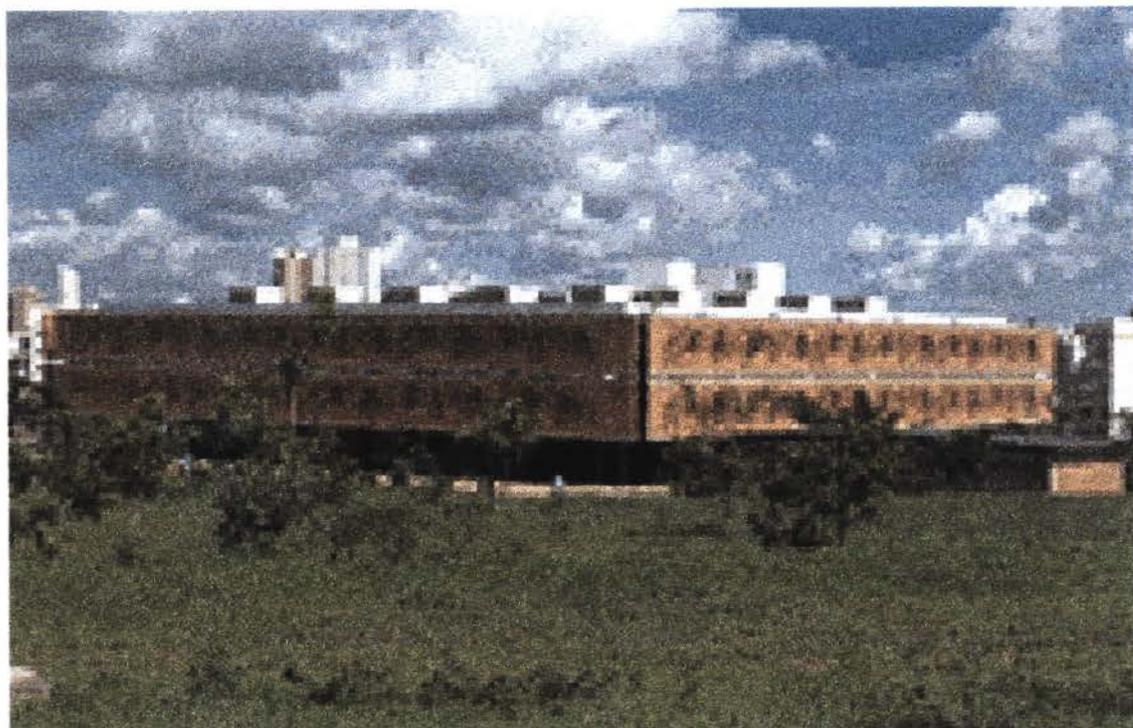
## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito dos Projetos *(Per)curso*s da graduação em História: *entre a iniciação científica e a conclusão de curso*, referente ao EDITAL Nº 002/2017 PROGRAD/DIREN/UFU e *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos Cursos de Graduação em História da UFU*. (PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018). (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

Ambos visam à digitalização, catalogação, disponibilização online e confecção de um catálogo temático das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontínuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontínuos@dirbi.ufu.br).

**DINO PEDRO DA SILVEIRA**



**PROCESSO DE ESCOLHA  
DE DIRIGENTES DA UFU:  
Ruptura ou Continuidade?  
(1978 - 1991)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
ABRIL DE 2002**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA CDHS  
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)  
AV UNIVERSITÁRIA S/N.º  
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

1.580

**DINO PEDRO DA SILVEIRA**

***Processo de Escolha dos  
Dirigentes da UFU:  
Ruptura Ou Continuidade?  
(1978 - 1991)***

Monografia a ser apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina Monografia II, do curso de Bacharelado em História, pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida, do Instituto de História/INHIS, da mesma Instituição.

**UBERLÂNDIA, ABRIL DE 2002**

# **Banca Examinadora**

---

**Ms. Sérgio Paulo**

---

**Dr. ....**

---

**Dr. Paulo Roberto de Almeida  
(orientador)**

---

## Agradecimentos

A realização deste trabalho de monografia só foi possível porque pude contar com colegas e amigos que me incentivaram e apoiaram em momentos decisivos, tanto com relação à temática quanto à parte técnica de digitação e encadernação.

Assim, quero agradecer primeiramente ao Prof.º e Dr. Paulo Almeida, por ter me incentivado na elaboração deste trabalho quando me via em momentos muito difíceis dentro do curso de graduação.

Agradeço ao colega e amigo Edilson Alves por ter me ajudado na digitação e elaboração técnica deste trabalho e, de certa forma, nas discussões pessoais, quando éramos diretores do DA História na gestão/2000 *Reconstrução e Equilíbrio*, dentro de um processo eleitoral da reitoria. Agradeço, também, as discussões que tive sobre o movimento estudantil com os demais colegas e ex-diretores dessa gestão.

Agradeço ao colega e amigo Vicente Batista Sobrinho – Vicent O'braist – pelos seus conselhos, pelas suas discussões, juntamente com o seu espírito de camaradagem, que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas e amigos da Adufu-SS: Marluce, Rubens, Djalma, Nádia, Eliene e Alba pelo incentivo que demonstraram para comigo em relação a este trabalho. Agradeço também ao Prof.º Tito pela motivação a mim dirigida.

Agradeço aos meus colegas e amigos de turma: Juca, Benildo e Geraldo, pelas suas discussões, seus incentivos e amizades do dia a dia

de cada aula, que certamente me influenciaram na determinação da conclusão deste trabalho.

Agradeço aos demais colegas e amigos da História e de outros cursos da UFU: Lúcio Flávio – Filosofia, Itamar – Geografia, Marcus Garcia – História e Geografia, Douglas – Matemática, Cristiano – Matemática, Itair (nobre colega e amigo) – História, Ana Carlota – História, Leandro – História, Willimar – História, Liliane – História, Marinalda – História, Kelly – História, Sergião – História, Renato Jales – História, Cristiano Borges – História, Denise do Mestrado – História, e, enfim, todos aqueles que estiveram presente no espaço físico do DA, nos bancos de assento da UFU ou em algum movimento estudantil, discutindo com “a gente” os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais da vida em sociedade, que vieram a contribuir para a realização deste trabalho.

E, enfim, agradeço aos meus pais – João da Silveira e Analice Regina de Araújo – e às minhas irmãs – Tânia, Adriana e Cíntia – por ter me auxiliado economicamente quando eu precisava e por ter acreditado na minha capacidade de ingressar em um curso superior e de terminá-lo.

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho de monografia aos meus pais – senhor João e Dona Analice – por terem me educado pelas suas mínimas condições de estudo, ensinando-me o espírito de companheirismo, e as minhas irmãs – Tânia, Adriana e Cíntia – pelas suas relações fraternas para comigo durante a minha infância e adolescência, propiciando-me almejar alguma “coisa” verdadeiramente boa.

*Só há solidariedade entre os iguais.*

***(N. Maquiavel)***

## SUMÁRIO

Introdução.....	01
1. Primeiro capítulo: História da UFU: o processo de federalização e a escolha de dirigentes.....	08
2. Segundo capítulo: O processo eleitoral de 1991: uma nova face da Universidade?.....	27
Considerações Finais.....	57
Fontes e Referências Bibliográficas.....	61

## INTRODUÇÃO

### 1. Origem do problema

O amontoado de experiências adquiridas por mim no decorrer do curso de graduação foram, sem dúvida, relevantes para me levar a pesquisar esse tema, principalmente pelo contato inicial com o marxismo que veio a se desenvolver através das disciplinas: *Introdução aos Estudos Históricos III, Moderna I, Moderna II, Contemporânea I e Contemporânea III*. A partir de meu esclarecimento, através do marxismo, dos antagonismos de classes sociais, das desigualdades sociais e do próprio modo de produção do regime capitalista que sustenta a sua estrutura entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que vendem as suas forças de trabalho, justamente por não possuírem aqueles meios, e que lhes propiciam, ao mesmo tempo, a possibilidade de crescimento econômico, ou seja, a possibilidade de enriquecimento através da exploração da força de trabalho do seu semelhante. Assim, em outras palavras, uma estrutura não socializável.

Então, a partir dessa tomada de consciência, eu comecei a ver as "coisas" não como sobrepostas por "destino", mas por construções arranjadas ideologicamente. Assim, tomando a dianteira da "coisa", eu quis me localizar dentro da sociedade e percebi então que o "meu mundo", os meus conceitos, outrora, eram predestinados, definidos e sem nenhuma compreensão das origens estruturais da sociedade capitalista em que vivia. Agora, então, eu me via como que, digamos,

“sacando” a problemática das diferenças sociais e das manobras na manutenção dessas desigualdades. Essa preocupação, no entanto, passou a me incomodar, uma vez que me situei como integrante dessa sociedade vivendo em bairro periférico e com uma condição sócio-econômica dependente, ou seja, de venda da minha força de trabalho. E essa incomodação me inquietava ainda mais quando, por alguma vez, passava perto de um hotel ou casarões luxuosos e via aquela “corja” de indivíduos com seus carros importados e, certamente, com muito dinheiro guardado. Assim sendo, essa preocupação, conseqüentemente, levou-me a pensar na estrutura de poder político em Uberlândia a partir da Universidade.

## **2. Enunciado do problema**

Evidenciar as relações de poder que desdobraram, a partir das defesas de interesses sócio-econômicos, em domínios de grupos políticos sobre outros grupos. O poder se estenderia, assim, à Universidade por se tratar de um espaço referencial para a sociedade uberlandense, principalmente, então, com a sua federalização. Dessa forma, a questão dos domínios grupais fica patente em relação a disputa pelo controle da Universidade, ou seja, de um controle que se pretendia construir ou manter a partir de uma visão da Universidade como um espaço de poder e como um pólo catalisador de recursos financeiros.

Nesse sentido, procuramos questionar a ausência da efetiva participação política da comunidade universitária e da comunidade uberlandense nos assuntos ou problemas referentes à Universidade,

principalmente a partir da federalização, e, até que ponto e por qual razão essa ausência foi relevante para os grupos políticos ligados à classe dominante de Uberlândia e, ainda, o que significou essa problemática, no processo eleitoral de 1991, para os grupos políticos representantes das classes populares. Assim sendo, pretendeu-se questionar a “quase” vitalícia permanência dos grupos políticos, atrelados à classe dominante de Uberlândia, na direção da Universidade desde a criação da UnU – Universidade de Uberlândia – , em 1969. E por que “quase” ? Porque a nossa discussão pretendeu mostrar que as forças contrárias aos grupos oligárquicos tomaram impulso, no processo eleitoral de 1991, através de um profundo movimento pela efetiva democracia na Universidade, revelando, à comunidade da mesma, o ideário dos participantes dos grupos que se haviam alternado na direção da Universidade até então, mostrando o seu caráter elitista, reacionário e anti-democrático. Assim, a comunidade universitária e uberlandense – refiro-me aos segmentos populares situados nessa comunidade – passaria, nesse contexto do início dos anos 90, a tomar a direção da Universidade que lhe custou esperar por vinte e dois anos.

### **3. Delimitação do problema**

O período histórico escolhido para o desenvolvimento deste trabalho de monografia sob o tema: *Processo de escolha de dirigentes da UFU: ruptura ou continuidade? (1978 – 1991)* fez-se necessário pela construção que nós fizemos a partir de discussões que datam do início dos anos 70 ao início dos anos 90. As discussões sobre a história da UFU desde a

criação da UnU, em 1969, suas mudanças estruturais e as escolhas de dirigentes realizadas através de grupos políticos locais, envolvidos nesse processo de criação e federalização da Universidade, até o processo eleitoral da reitoria em 1991, o qual demos mais evidência em nosso trabalho por se tratar justamente do foco de nossa pesquisa.

#### **4. Metodologia**

Este trabalho foi elaborado a partir de uma documentação que foi pertinente ao desenvolvimento dessa pesquisa, isto é, essa documentação foi relevante porque ela contribuiu para o nascimento dessa monografia. Assim, trabalhamos com a Tese de Doutorado da Prof.<sup>a</sup> Eleonora Estela Ribeiro *A constituição da Universidade Federal de Uberlândia, e suas articulações com a educação fundamental, através das memórias dos seus atores*, porque sua pesquisa fez um retrospecto da constituição da UFU que, necessariamente, contribuiu para a construção da minha pesquisa. Por sua vez, o trabalho *A UFU no Imaginário Social* elaborado pelas Profas. Coraly Gará Caetano e Miriam Michel Dib foi relevante por se tratar de uma fonte que pretendeu construir a história da UFU a partir de depoimentos colhidos da comunidade universitária e uberlandense e que, então, significou muito para a construção do meu trabalho. Já as cartas-programas, da eleição de 1991, foram escolhidas por se tratarem da discussão principal de cada chapa sobre sua proposta de trabalho para a administração da UFU. As demais fontes, por suas vezes, foram usadas devido a relação que tinham com a minha temática.

A par disso, buscamos mostrar, com as fontes aqui usadas, a construção da história da Universidade desde a sua criação, a construção da federalização, as mudanças estruturais da Universidade, as escolhas de dirigentes – Reitor – direcionadas, assim, à compreensão e ao entendimento do processo eleitoral da reitoria de 1991. Assim, para a elaboração de todo esse processo histórico, buscamos transcrever ou citar os depoimentos ou discursos das fontes, na íntegra, fazendo, após ou antes, a nossa reflexão e discussão sobre os mesmos, ou seja, “antes” porque algumas vezes procuramos fazer da citação uma confirmação da nossa discussão.

## **5. A fundamentação teórica**

Com a definição das fontes, procuramos construir uma discussão com as mesmas a partir da nossa “linha” de trabalho mostrada no enunciado do problema. Assim, procuramos questionar com a Tese da Prof.<sup>a</sup> Eleonora Ribeiro o por quê das articulações políticas dos grupos políticos, ligados à elite uberlandense, em sua permanência na direção da Universidade por vinte e dois anos. E essa discussão permaneceu, ainda, com o trabalho *A UFU no Imaginário Social* através dos seus depoimentos sobre essa problemática, que, por sua vez, foram ilustrativos para o entendimento da Universidade como espaço de poder. Já a nossa discussão com as cartas-programas, das chapas concorrentes à eleição da reitoria de 1991, e alguns informativos ligados a esse processo eleitoral, foi retomar aquela discussão a partir de uma conjuntura que indicava o crescimento da força dos movimentos sindicais e populares no

país, e, conseqüentemente, à negação ou, digamos, “o basta” daqueles grupos nos poder, uma vez que esses grupos, representados em algumas dessas chapas, não obtiveram o reconhecimento da maioria da comunidade universitária nesse processo eleitoral que, por sua vez, alimentava-se de uma efetiva participação política na “coisa” pública da Universidade.

## **6. Organização dos capítulos**

No primeiro capítulo intitulado *História da UFU: o processo de federalização e a escolha de dirigentes*, procuramos discutir a forma como foi construída a federalização da Universidade, as articulações políticas dos grupos interessados no espaço da Universidade como um espaço de poder e projeção política e de um espaço como catalisador de recursos financeiros para o desenvolvimento da cidade. Procuramos, ainda, mostrar como era feita a escolha de dirigentes para a Universidade durante e posterior o processo de federalização, e, enfim, mostrar também como que 2 grupos oriundos de um mesmo setor político puderam se revezar na direção da Universidade durante vinte e dois anos.

Já no segundo capítulo intitulado *O Processo eleitoral de 1991: uma nova face da Universidade?* procuramos discutir as propostas das chapas, concorrentes à eleição da reitoria em 1991, para a administração da UFU, mostrando, assim, o que pretendiam para a Universidade na área de ensino, pesquisa e extensão e, ao mesmo tempo, mostrando os seus discursos e a forma da composição das chapas, dando,

consequentemente, ênfase na problemática da participação política da comunidade universitária e uberlandense na “coisa” pública da UFU.

## CAPÍTULO I

### História da UFU: o processo de Federalização e a escolha de dirigentes

As origens da UFU remete à criação da UnU – Universidade de Uberlândia – pelo Decreto-lei federal 762/69. O processo de federalização da UnU, que se cogitava no meio acadêmico na 1ª metade dos anos 70 e que, por volta dos anos de 1974 e 1975, trouxe um “clima” de resistências dentro do meio acadêmico por parte de professores e dirigentes das faculdades e escolas particulares isoladas e por pessoas, até mesmo, da faculdade de Engenharia, que era a única unidade mantida pelo governo Federal. Tais embates se justificavam pela tomada de interesses pessoais e políticos de ambas as partes interessadas na UnU como espaço de projeção no cenário municipal e/ou estadual. Alguns professores e dirigentes se queixavam das perdas dos patrimônios particulares, das faculdades ou escolas, das perdas do poder decisório e da autonomia locais no reconhecimento da UnU como universidade federal. Assim, nesse processo dialético de federalização da UnU, pode-se ver através do seguinte depoimento:

*Mas o que eu gostaria de deixar realmente claro nesse depoimento é que em nosso entendimento a Universidade já era Federal, não havia necessidade dela ser federalizada. Todo o meu trabalho no âmbito do Ministério naquela ocasião foi no sentido de convencer o governo, particularmente o Ministério da Educação e Cultura e outras áreas do governo como o Ministério do Planejamento que na época tinha um papel muito importante nessa história toda, de que a Universidade de Uberlândia já era uma Universidade Federal. O processo se desenrolou de uma maneira um tanto confusa porque estávamos vivendo um momento político importante no país. O movimento estudantil já se manifestando de forma agressiva e significativa. Havia também*

*internamente na Universidade uma situação crítica, porque nem todos os docentes compreendiam que a Universidade era federal. De maneira que o nosso trabalho foi de manter um diálogo permanente com a comunidade universitária de Uberlândia, o que fez com que eu viesse a Uberlândia várias vezes para conversar com os professores, com os estudantes e funcionários da Universidade. Nesse momento, também, estávamos numa fase de transição, no término do mandato do professor Juarez Alfaín, de modo que tive basicamente de manter um contato permanente com a comunidade, discutindo as suas reivindicações e anseios. O prefeito da cidade, o Dr. Renato de Freitas, era muito envolvido com o problema, como o deputado Homero Santos e o governador Aureliano Chaves, que estava muito empenhado, muito interessado que a questão se resolvesse. De maneira que o nosso papel foi sempre de manter o diálogo com todas essas pessoas e na comunidade acadêmica tentando desembaraçar o problema. Eu, pessoalmente, achava que era um problema absolutamente claro, mas aparentemente, nem todos concordavam comigo nesta época. Na comunidade universitária havia discordâncias de vários lados. Eu me lembro que algumas pessoas, por exemplo, da Faculdade de Engenharia, que se considerava a única unidade federal, achavam que a federalização da Universidade como um todo traria um prejuízo para a Faculdade de Engenharia. De outro lado, a Escola de Medicina, que talvez era a unidade mais forte, mais significativa, possuía algumas pessoas que não viam com bons olhos a idéia de federalização, pois para eles esta significaria uma diminuição de sua autonomia, da sua capacidade decisória uma vez que passariam a ficar vinculados ao Ministério, ao governo federal. Também na Faculdade de Direito havia alguma resistência. Mas, na realidade, acho que as grandes dúvidas que existiam estavam no tipo de relacionamento que se estabelecia entre a Universidade e o governo Federal, quer dizer, havia muitas dúvidas sobre como é que esse relacionamento se daria, a situação dos cursos ainda não reconhecidos que existiam ainda em algumas faculdades. Enfim, eram mais questões de ordem formal. E, objetivamente, sempre o que vinha à baila em todas as questões era o problema dos recursos.<sup>1</sup>*

O processo de federalização da UnU contou com a mudança de estrutura da Universidade em Centros. Algumas escolas superiores particulares, nessa época, passavam por dificuldades financeiras, chegando quase a “fechar as portas”, o que levou a elaboração e aprovação, pelo Conselho Universitário, de um novo estatuto para a Universidade. Sob a fundação da UnU, em 1969, as escolas ainda viviam isoladas, cada qual com sua estrutura e patrimônio, conforme mostra o trecho abaixo:

---

<sup>1</sup> Cf. MACHADO, Edson. A federalização. *A UFU no Imaginário Social*. 1988, pp. 130-131

*Os diferenciados ângulos de visão apresentados sobre a questão patrimonial, permitem vislumbrar o quanto as escolas isoladas eram diferentes entre si, possuindo diferentes estruturas e diferentes patrimônios...e como o (velho) estatuto aprovado as mantinha isoladas, mesmo após a "união" sob a UnU.<sup>2</sup>*

Assim, entre 1971 a 1975 o novo estatuto é discutido, elaborado e aprovado pelo Conselho Universitário. No entanto, o estudo desse novo estatuto seria, a partir de 1971, realizado pelo então Reitor Dr. Juarez Altafin, conforme segue:

*Em 1971, na tentativa de superar esses "vícios de origem", o Dr. Altafin – já como Reitor, tendo como Vice-Reitora a Prof.ª Irmã Ilar Garotti – passou a estudar e a redigir uma nova proposta de Estatuto, com uma estrutura de Centros.<sup>3</sup>*

Assim, sobre essa questão, o próprio Dr. Juarez Altafin declara:

*(...) o Ministério aconselhava para o tipo da Universidade de Uberlândia uma estrutura cêntrica, em função da autonomia das faculdades, com uma reitoria praticamente decorativa... Elaborei um ante-projeto do novo estatuto que foi aprovado pelos Órgãos Superiores e pelas Congregações das Faculdades. Com a Nova estrutura, as escolas desapareciam como faculdades; ficariam os cursos, que seriam integrados nos três Centros, com seus respectivos Colegiados de curso e Departamentos, a estrutura atual, que foi a sugerida pelo Ministério.<sup>4</sup>*

Contudo, os grupos políticos da UnU travavam embates entre si, buscando cada qual, por sua vez, as suas alianças em defesa de seus interesses. A propósito da problemática da estrutura das escolas e

<sup>2</sup> RIBEIRO, Eleonora Estela T. *A constituição da Universidade Federal de Uberlândia e suas articulações com a Educação fundamental, através das memórias dos seus atores*. (Tese de Doutorado). São Paulo: PUC, 1995, p.102

<sup>3</sup> Op. Cit. 1995, p.102

<sup>4</sup> Cf. ALTAFIN, Juarez. *A Fundação Universidade Uberlândia. A UFU no Imaginário Social*. 1988, p. 98

faculdades isoladas sob a UnU e a necessidade, a partir disso, de um novo estatuto, o Prof.<sup>o</sup> Antonino Martins se coloca como o articulador da mudança de estatuto, naquele momento, em vigor na Universidade, deixando, assim, as posições dos grupos bem evidenciados dentro desse contexto:

*Eu, como diretor novo (da Faculdade de Engenharia) e disposto a essa transformação... fiz as articulações para mudança do estatuto então em vigor na Universidade.*

*Então, em 1975, resolvemos fazer um novo estatuto para a Universidade acabando com as escolas isoladas, pois desde 1972 já estávamos fazendo vestibular unificado...Acho que foi a primeira ação conjunta da Universidade. Portanto, existiu em 1975 uma situação favorável à retomada da intenção de 1969 (...)*

*Foi, então, elaborado o estatuto que abolia as escolas isoladas e criava os três Centros, mas persistia ainda o estatuto da mantenedora...A idéia era de se fazer um estatuto único, abolindo o da Fundação mantenedora.*

*Em 1975, o Conselho Universitário aprovou o estatuto, o que desencadeou na Faculdade de Engenharia uma reação muito forte que conseguiu sensibilizar todos os professores, alunos e funcionários da Faculdade e, inclusive, a comunidade local, a Associação Comercial, as lideranças políticas, pois todos estavam convictos de que o que estávamos fazendo não era um processo de federalização da Universidade, mas sim a desfederalização da Engenharia. Houve uma campanha tremenda, uma crise bastante intensa, com movimentos nos jornais, movimentos de estudantes<sup>5</sup>*

Verifica-se, à luz dessas considerações, uma disputa política na articulação e elaboração do novo estatuto, em estrutura cêntrica, para a Universidade. Nesse contexto, destaca-se as figuras dos professores Gladstone Rodrigues e Antonino Martins como articuladores manobristas dentro desse processo de federalização da UnU. O grupo, liderados por esses dois professores e pela Prof.<sup>a</sup> Odélcia, da filosofia, articulava a tomada do controle do processo afim de conquistar a Reitoria e a

---

<sup>5</sup> Cf. SILVA JÚNIOR, Antonino Martins da. A Fundação Universidade Uberlândia. *A UFU no Imaginário Social*. 1988, pp. 112-113

Federalização da Universidade. Desse modo, para chegar em seus objetivos, o grupo era consciente de que a UnU necessitava da lei de federalização e planejou, então, a entrada da Escola de Medicina no Orçamento da União para que o governo federal pudesse mantê-la, reconhecendo, assim, a sua federalização. Ainda, nesse contexto, uma outra estratégia política do grupo dizia respeito ao processo sucessório da Reitoria, uma vez que o mandato do reitor Juarez Altafin, encerrava-se em fins de 1975. O grupo articulou, assim, o cancelamento da reunião do Conselho Universitário de elaboração da lista tríplice para nomeação de um novo reitor, que seria feita, a partir da lista, pelo diretor da Fundação Universidade de Uberlândia através do estatuto vigente da UnU. O grupo tinha, para esse cancelamento, as alianças de forças do DAU – Departamento de Assuntos Universitários – vinculado ao ministério da Educação, como mostra o trecho abaixo:

*Aí nós conseguimos um célebre telegrama. Fizemos um telefonema para Brasília, e o diretor do Ensino Superior do MEC, Dr. Edson Machado, mandou um telegrama, pedindo que suspendesse a reunião. Nesse telegrama, ele considerava que a Universidade tinha mais que 50% dos seus recursos da União, que eram os recursos que a Engenharia tinha, mais uma parte de recursos que a Medicina já também tinha... Então, essa conjunção de coisas, caracterizou que o orçamento da Universidade já era, mais de 50%, do governo federal. Consequentemente, ele era federal!<sup>6</sup>*

O grupo conseguiu, assim, que o Conselho Universitário suspendesse a reunião e elaborasse a lista sêxtupla, a qual representava a nomeação do reitor pelo Presidente da República, que seria articulado pelo grupo, por maior influência junto ao governo federal, o Prof.º

Gladstone Rodrigues. Sobre esse contexto, a Prof.<sup>a</sup> Odélcia, da filosofia, recorda:

*Se o Dr. Juarez fosse reeleito novamente nós teríamos mais cinco anos sem federalização. E as faculdades elas eram autônomas: sem recursos nós pararíamos no tempo. Não adiantava em nada nós sermos Universidade...Nós tínhamos a UnU, mas as faculdades eram autônomas, nós não tínhamos nem recursos municipais. Então fizemos uma reunião para alertar o povo, o povo UnU, que nós perderíamos nosso espaço e que nós então teríamos que ser Federal. Então, eu fiz um pouco a cabeça do povo que apesar do Dr. Juarez, com toda a capacidade dele, mas se nós ficássemos mais 5 anos...nós pararíamos. Eu me lembro que o Dr. Juarez fez uma pauta já com os nomes para serem votados para mais 5 anos da UnU. Então, ele fez reunião com cada grupo, com cada conselho, o nosso era o conselho de coordenação. E quando ele expôs já pronta aquela chapa que ele propunha para ser votada para mais 5 anos eu levantei a mão e disse a ele que eu não tinha nada contra a chapa, mas que eu tinha um grande desejo de votar na minha consciência, sem chapa pré fixada, prévia. E o conselho votou comigo. E eu fiquei na Filosofia. Daquele dia em diante eu não fui mais professora na Economia. Eu fui afastada. Então, com isso cresceu a conscientização de que tinha que haver uma lista sêxtupla para a nomeação do novo Reitor. E eu tenho que ser muito leal com você que esta lista sêxtupla já estava preparada. Uma vez que nós achávamos que não devia ser UnU mais, nós nos reunimos, diretores e vice-diretores de Faculdades numa reunião íntima para preparar uma lista sêxtupla. E nesta lista, nós colocávamos como Reitor o Dr. Gladstone Rodrigues da Cunha. Que a gente percebia que ele era um administrador. E com isso foi eleito<sup>7</sup>.*

As articulações desse grupo levaram, então, a elaboração da lista sêxtupla, pelo Conselho Universitário, e o seu encaminhamento ao governo federal. No entanto, quando da elaboração dessa lista no Conselho, tornou-se evidente a presença de dois grupos, onde um apoiava a candidatura do Prof.<sup>o</sup> Gladstone Rodrigues para Reitor e o outro a candidatura do Prof.<sup>o</sup> Antonino Martins. Porém, diante das influências que o Prof.<sup>o</sup> Gladstone havia articulado com o governo federal, particularmente com o Ministério da Educação, o grupo contrário cedeu às

---

<sup>6</sup> SILVA JÚNIOR, Antonino. Apud. Eleonora Ribeiro. Op. Cit. 1995, p. 142

circunstâncias, levando, assim, a composição da lista tendo como candidato a Reitor o Prof.º Gladstone e Vice-Reitor o Prof.º Antonino. Contudo, após o término do mandato do Reitor Prof.º Juarez Altafin, em fins de 1975, a nomeação do novo Reitor, que seria a do Prof.º Gladstone, faria-se, ilegalmente, em um tempo de 5 meses, ou seja, em maio de 1976. A ilegalidade, no entanto, só seria superada pela Lei 6532, de 24 de maio de 1978, aprovada pelo Congresso Nacional, que modificava o nome da UnU para UFU. Conforme acima, o depoimento expõe:

*Não tinha nenhuma lei que dizia que o Presidente da República nomeava o Reitor de Uberlândia. Você vê que a Universidade de Uberlândia foi feita tudo em cima de coisas ilegais! Realmente, a lei, o estatuto em vigor, tudo dizia que o Reitor era nomeado pelo presidente da Fundação local. Como é que o Presidente Geisel, enquadrado daquele jeito que ele era, com a assessoria competente que ele tinha... Com todas essas marchas e contra-marchas, o Zé de Paula foi nomeado Reitor pro tempore, durante 5 meses e só em maio de 76 é que foi nomeado o Gladstone, quando se conseguiu superar essas questões todas. Mas sem superar a questão legal. Superar a resistência do Presidente da República. A questão legal só foi superada em maio de 78. Dois anos depois! Quando o Congresso Nacional aprovou a lei<sup>7</sup>.*

O grupo articulador desse processo de federalização se diferia daquele que articulou a criação da UnU. Porém, a sua origem estava ligada a elite uberlandense, conforme mostra Eleonora Ribeiro:

*(...) este grupo articulador vitorioso neste momento, provavelmente representava um segmento diferente daquele que criou a UnU, embora pertencesse à elite uberlandense, e operasse através de processos semelhantes ao "fazer político" local, como se observa no personalismo, na confecção da lista e da articulação interna e com setores do governo federal<sup>8</sup>.*

<sup>7</sup> IRMÃ ODÉLCIA. Apud. Eleonora Ribeiro. Op. Cit. 1995, pp. 142-143

<sup>8</sup> SILVA JÚNIOR, Antonino. Apud. Eleonora Ribeiro. Op. Cit. 1995, p. 146

<sup>9</sup> Op. Cit. 1995, p. 146

Todavia, nesse processo de federalização, houve embates políticos desse grupo articulador, liderados pelos professores Gladstone e Antonino, com segmentos da classe dominante local. A nomeação e a posse do Prof.º Gladstone Rodrigues, como Reitor, iam contra os interesses de segmentos da classe dominante de Uberlândia, o que levaram, por sua vez, às tentativas de contra-federalização da Universidade, como, por exemplo, a investida de um mandato de segurança contra a nomeação ilegal do Prof.º Gladstone, para Reitor, feita pelo Presidente da República. E investindo, também, contra as pretensões desses segmentos da classe dominante de impedir o processo de federalização da Universidade devido a posição política do Prof.º Gladstone, que não se simpatizava com os seus ideais, o grupo pró-federalização articulou, através do Deputado Federal Homero Santos, a criação da Lei n.º 6532, de 24 de maio de 1978, que transformava a Universidade, oficialmente, em uma instituição federal. Assim, mais uma vez, uma outra articulação havia sido estrategizada na ilegalidade, ou seja, inconstitucionalmente. Assim, em relação a essa problemática, o Prof.º Antonino considera:

*E, por razões muito mais políticas do que práticas, foi feito um projeto de lei que também tem uma certa inconstitucionalidade, porque um projeto de lei...leis que geram despesas, produzem despesas, têm que ser iniciativa do poder público...iniciativa do Presidente, porque vêm encargos etc. O Poder Executivo apresenta ao Congresso. Naquela época, isso também existia. Mas...apresentou-se, então, a lei através de um deputado local (Homero Santos), evidentemente a partir de certos acordos em Brasília...transformando a Universidade de Uberlândia em Universidade Federal. Mas naquilo, ela já era federal, mas precisava de mudar o nome e fazer algumas mudanças na lei que a criou. E aí, a gente entende que seja naquele momento a efetiva criação da Universidade Federal de Uberlândia. Mas é uma lei também que tem um*

*cunho de inconstitucionalidade, porque ela tinha que ser iniciativa do Presidente da República. E não foi. Mas passou pelo Congresso, O Presidente sancionou, foi tudo muito bem..<sup>10</sup>.*

E o próprio Deputado Homero Santos sobre essa questão relembra:

*Tivemos a felicidade de apresentar o projeto de federalização na Câmara dos Deputados e, posteriormente, no Senado Federal, onde foi também aprovado. A seguir foi ao senhor presidente Geisel, que foi convencido pelo Ministro Ney Braga, a quem acho que devemos prestar uma grande homenagem porque foi quem ajudou a influenciar o presidente para que sancionasse o projeto. Um detalhe muito importante é que esse projeto estava totalmente inconstitucional, basta dizer que foi o único projeto que passou no Congresso Nacional e foi sancionado pelo Presidente da República. Era inconstitucional porque, de acordo com a Constituição, não poderíamos apresentar nenhum projeto que demandasse despesas. Pois bem, com a sanção, desapareceu a inconstitucionalidade.<sup>11</sup>*

Evidencia-se, assim, nesse contexto, a disputa pelo poder na Universidade. Os grupos, em questão, travavam lutas políticas entre si, visando fazer da Universidade um espaço de projeção de suas idéias para a sociedade uberlandense, ou seja, o fortalecimento de seus partidos políticos através da Universidade e os seus alcances e influências na sociedade. O grupo, oriundo da criação da UnU, tinha o apoio desses segmentos da classe dominante de Uberlândia contrários à federalização da Universidade, enquanto o grupo pró-federalização contava com as influências e apoio do governo federal, particularmente do Ministério da Educação, levando-se a perceber que ambos os grupos tinham projetos diferenciados para a universidade. A iniciativa de reunir as escolas e faculdades isoladas de Uberlândia, na criação da UnU, foi

---

<sup>10</sup> SILVA JÚNIOR, Antonino. Apud. Eleonora Ribeiro. Op. Cit. 1995, p. 149-150

<sup>11</sup> Cf. SANTOS, Homero. A federalização. *A UFU no Imaginário Social*. 1988, p. 135

desse grupo contrário a federalização, composto pelos diretores das faculdades de Direito, Economia e de Filosofia, tendo como principal apoiador, em âmbito federal, o Deputado Federal Rondon Pacheco, adversário político, no entanto, do Deputado Homero Santos que, por sua vez, encaminhara a federalização da Universidade articulado com o grupo pró-federalização. Assim, os interesses políticos estavam “em jogo”.

O grupo, oriundo da criação da UnU, pretendia manter a Universidade como particular – excetuando-se a Faculdade de Engenharia que já era pública, federal –, o que levou a grandes embates políticos com o grupo pró-federalização, fazendo da Universidade um instrumento de posse. E posse, para esses dois grupos, significava poder, projeção e carreira política na região – no caso a região do Triângulo Mineiro. Em vista disso, relembremos que esses dois grupos – tanto o que criou a UnU como o que a federalizou – agiram ilegalmente em seus planos e objetivos com vistas a criação e federalização da Universidade. Verifica-se, então, que a criação da UnU foi, assim, arquitetada:

*A Universidade foi criada em 14 de agosto de 1969 pela ação do então Ministro Chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco. Criada sem passar no Congresso Nacional, sem ouvir o Conselho Federal de Educação e sancionada pela Junta Militar, com base no Ato Institucional 16.<sup>12</sup>*

Já, em se tratando da federalização da Universidade, as ações políticas tomaram o mesmo caminho, por assim dizer, dos procedimentos da criação da UnU, ou seja, da ilegalidade, e, problema esse, que já foi

---

<sup>12</sup> Cf. SILVA JÚNIOR, Antonino. *A Fundação Universidade. A UFU no Imaginário Social*. 1988, p. 110

apontado anteriormente quando da criação da Lei n.º 6532, de 24 de maio de 1978. Assim, com relação a esse problema, o Prof.º Antonino relembra como se fosse “algo” natural:

*Aí, aprovou a lei e o Presidente Geisel não queria sancionar, porque dizia que ia gerar recursos – aumento de despesas. E aí nós fizemos a declaração que não ia aumentar despesas, declaração a mais mentirosa que já fiz na minha vida! (Ri) Não aumentou despesa nenhuma... Já tinha aumentado! Naquela época já estava com todo o quadro pago pelo governo federal etc, já estava com Estatuto novo...<sup>13</sup>*

Nota-se, então, a partir dessa discussão que ambos os grupos, em questão, construíram – e tem construído – os seus projetos para a Universidade antidemocrático. O elo para esse entendimento pode ser buscado em suas origens proveniente da elite uberlandense, e daí ser capaz de penar na falta de existência de caráter popular frente essas mudanças, ou seja, o “povo” uberlandense fora das decisões e transformações necessárias para a sua cidade.

Pode-se perceber, nesse processo, levando-se as considerações acima, que a conjuntura da época, por sua vez, implantou, principalmente, a censura à liberdade de expressão e do pensamento pelo regime militar das Forças Armadas, impedindo, assim, o sistema das relações democráticas no país. Tomando a Universidade, nesse contexto da 2.ª metade da década de 70, verifica-se uma expansão da sua estrutura, isto é, do seu espaço físico, do corpo docente e funcionários. Entretanto, a expansão da Universidade se seguiu acompanhada da política de controle e repressão da ditadura militar das Forças Armadas sobre

---

<sup>13</sup> SILVA JÚNIOR, Antonino. Apud. Eleonora Ribeiro. Op. Cit. 1995, pp. 150-151

consentimento da administração universitária, conforme mostra Eleonora Ribeiro:

*O país enfrentava momentos políticos de forte autoritarismo (...) Sobre o Ensino e sobre a livre expressão de Idéias, nacionalmente, pairavam as ameaças de controle ideológico e censura, exercidos por tão temidos quanto desconhecidos agentes do Serviço Nacional de Informações – SNI, supostamente infiltrados no próprio corpo docente e discente de todas as Universidades. Corriam boatos de que a própria Reitoria local comunicava-se direta e “diariamente”, com o SNI, através de rádio-transmissores especialmente instalados para esse fim, além de exercer outros sutis mecanismos de controle e censura.<sup>14</sup>*

Em se tratando da expansão do espaço físico da Universidade, sob a administração do Reitor Prof.º Gladstone Rodrigues, no período de 1976 a 1980, observa-se que as construções dos prédios foram realizadas em três diferentes locais, cada um distante do outro. A construção desses campi foi devido a necessidade da transferência progressiva das faculdades, das suas sedes, para os espaços destinados a Universidade. Entretanto, quando das construções desses campi em diferentes locais, percebe-se que a administração da Universidade, nesse contexto, acoplada as regras autoritárias da ditadura militar, implementou ações que desfavorecesse a união dos estudantes, uma vez que unidos poderiam sublevar contra o regime militar reivindicando a liberdade de expressão e de pensamento, ou seja, a efetiva democracia no “seio” da sociedade e, particularmente, da Universidade.

Esse período de 1976 a 1980 foi expressivo se colocarmos em evidência a expansão da Universidade. Com o reconhecimento da

---

<sup>14</sup> Op. Cit. 1995, pp. 162-163

Universidade de Uberlândia como federal através da nomeação do Prof.º Gladstone Rodrigues, para reitor, pelo Presidente da República, em maio de 1976, e, oficialmente, em maio de 1978, a administração universitária pode contar com os recursos provenientes do governo federal, dando-lhe uma notória expansão, conforme relembra o Prof.º Gladstone Rodrigues da Cunha Filho:

*A federalização causou muito impacto à cidade, de repente você contratar centenas de pessoas...Eram 300 docentes, a gente deixou a Universidade com uns 800, então a gente contratou uns 500 docentes, nesse tempo. Nós pagávamos 3.000 dólares por mês aos docentes titulares. Então era uma Fundação, eu consegui uma tabela privilegiada, era o melhor salário do país! Então começamos a importar muita gente...Era um volume de coisas para implantar, para melhorar...e vamos construir! Tinha que construir um pavilhão desse aqui no campus de cá e um no campus de lá por semestre! Senão não conseguiríamos transferir as faculdades da cidade pro campus... 300 homens no canteiro de obras, e eu andando prá lá e prá cá, e o Antonino... (Ri) Foi ótimo! Foi muito gratificante!<sup>15</sup>*

Contudo, essa expansão da Universidade se deu em um período conturbado no país, qual seja, o de uma elevada crise econômica nacional. Porém, o que fica claro são as articulações políticas, descritas anteriormente, que propiciaram a Universidade obter recursos financeiros públicos, através do processo de federalização, para a sua expansão, levando, conseqüentemente, ao desenvolvimento da cidade e região do Triângulo Mineiro. Os segmentos da classe dominante que se colocavam contrários a nomeação do Reitor, Prof.º Gladstone Rodrigues, para a administração da Universidade, viram-se, no entanto, com a expansão da Universidade, o crescimento econômico da cidade e, conseqüentemente,

---

<sup>15</sup> CUNHA FILHO, Gladstone. Apud. Eleonora Ribeiro. Op. Cit. 1995, p. 156

dos seus interesses. Assim, se num determinado momento, nesse contexto, esses segmentos da classe dominante eram contrários à federalização da Universidade, passam, contudo, a consentir com a política dos dirigentes da Universidade atrelada à política do governo federal, pois viam que a Universidade havia tornado um pólo econômico, para a cidade e região, com um orçamento bem maior do que o da própria prefeitura. Em se tratando desse orçamento universitário e da política de seu grupo de expansão da Universidade, o Prof.º Gladstone Rodrigues relembra e se vangloria:

*A Universidade começou a crescer muito, a aparecer muito, via hospital, principalmente, mas também via prestação de serviço: a gente começou a estimular muito a extensão, a prestação de serviço. Quer dizer, a Souza Cruz se implantou aqui, naquela época nós treinamos todo o pessoal técnico da Souza Cruz, sob encomenda da Souza Cruz, né? Foi detalhado na área de Engenharia tudo o que precisava, e tal, na área de gerência, de administração, tal. A Universidade começou – muito jovem – mas dando respostas concretas ao que se estava...reivindicando. Com muito dinheiro, causava um certo espanto o orçamento da Universidade, bem maior do que o da Prefeitura, assim, meio de súbito e podendo desdobrar ações de saúde, ações de educação...tal. E por isso que eu falo com uma certa facilidade, assim, porque eu tenho bem claro na minha mente o que a gente tentou! O que a gente sonhou!<sup>16</sup>*

Assim, diante dessas mudanças e transformações pelas quais a Universidade vinha passando, através desse processo de federalização, e da, então, convivência política da classe dominante de Uberlândia com a administração universitária e governo federal, após a percepção da Universidade como um pólo de desenvolvimento econômico da cidade, a luta política passou a ser travada entre a comunidade universitária e a administração autoritária da reitoria sob a ditadura militar das Forças

---

<sup>16</sup> CUNHA FILHO, Gladstone. Apud. Eleonora Ribeiro. Op. Cit. 1995, p. 157

Armadas, denunciando, aquela, a censura da liberdade de expressões de pensamento e de saber e, ao mesmo tempo, mostrando publicamente o autoritarismo da administração universitária. Contudo, o corpo docente, discente e os funcionários técnico-administrativos, nessa conjuntura de forte autoritarismo no país, viviam sob uma certa acomodação devido o regime ditador das Forças Armadas com seus métodos de detenção e torturas, o que impossibilitou uma forte atuação dessa comunidade no meio acadêmico e, até mesmo, na comunidade uberlandense. Porém, no período da anistia política, em fins dos anos 70, em 1979, é criada a ADUFU<sup>17</sup> - em se tratando do corpo docente – com ideais da defesa da democracia no âmbito da UFU respaldado nos interesses da categoria. Embora a ADUFU tenha nascido com esses ideais, ela foi no início muito influenciada pelo poder da reitoria e, praticamente, não conseguiu articular a categoria docente. Assim, a ADUFU foi considerada, naquele momento e por muitos anos posteriores, como uma entidade “pelega” pelo Prof.º José Olympio Azevedo:

*As duas entidades – ADUFU E ASUFUB – poderiam ser avaliadas pelo comportamento atual e pelo anterior, pela sua vida pregressa. Elas foram, durante boa parte de suas existências, entidades pelegas da administração, mantidas, controladas, eleitas por interferência direta das Reitorias. De pouco tempo para cá é que elas ganharam coragem e tiveram autonomia. Agora, eu vejo uma partidarização muito grande das entidades sindicais. Essa partidarização se entende pelo envolvimento externo dos indivíduos que têm engajamento político partidário. A ADUFU sofreu uma influência muito grande do conservadorismo do corpo docente, pois a Universidade Federal Uberlândia é extremamente conservadora, é extremamente fisiológica, grande parte do corpo docente foi admitido sem concurso, desceu de pára-quadras na estrutura docente, e a maioria sem qualquer avaliação de competência, de capacitação, sem currículo, sem nada. Entrou por influência política, influência da administração, apadrinhamento. Essas pessoas estão*

---

<sup>17</sup> Associação dos Docentes da UFU

*atreladas a um compromisso anterior ao emprego. É muito difícil romper isso e qualquer proposta de modernização, qualquer proposta de coragem é muito difícil de prevalecer. A pessoa está presa, tem compromisso, deve o seu emprego; é um processo de compadrio, quase que familiar. Mas esse processo refletiu, inclusive, a partir dos concursos abertos na área docente, quando havia uma preocupação muito grande de triagem dos candidatos que vinham de fora e havia uma resistência muito grande dos próprios docentes em escolher pessoas que não fossem questionadoras. Em determinadas situações, houve até resistência na vinda de professores de fora por medo da competição, da comparação com esses indivíduos preocupados com a atividade docente e acostumados à pesquisa com metodologia de ensino diferenciada.<sup>18</sup>*

A ASUFUB<sup>19</sup>, por sua vez, criada, também, em 1979, não pôde contribuir pela efetiva participação política dos seus funcionários nos assuntos da Universidade que lhes diziam respeito, uma vez que a influência da administração universitária tinha dirigido essa Associação, na sua criação, para uma finalidade recreativa.

Quanto aos estudantes, existia uma desarticulação do movimento, caracterizado, também, pelo controle da reitoria sobre o DCE. No entanto, com a primeira greve estudantil unificada – pois a de 1975 havia sido realizada apenas pelos estudantes da Engenharia –, em 1979, de caráter de contestação ao regime militar, abriu-se espaço para a articulação e organização do movimento estudantil até então disperso, sem “voz” e antidemocrático. Nota-se, assim, nesse contexto, que apenas o movimento discente pôde mostrar abertamente a sua “cara” contra o autoritarismo da reitoria e do regime militar das Forças Armadas, conforme relembra o Prof.º - estudante da época – Antônio Carlos Sacco:

<sup>18</sup> Cf. FREITAS, José Olympio de. Entidades representativas. *A UFU no Imaginário Social*. 1988, pp. 265-266

<sup>19</sup> Associação de Servidores da UFU

*O que a vanguarda do movimento estudantil da época soube fazer foi, a partir dessa greve, que teve um grau de radicalidade interessante, articular os outros cursos e dar um caráter, enfim, universal. Universal, por uma questão de colagem epistemológica, universal à medida que se trata de uma Universidade... Conseguiu dar uma articulação universal ao movimento, que deixou de ser uma coisa isolada da Engenharia e... catapultou os outros movimentos latentes nos outros cursos prá uma articulação orgânica em nível maior, em nível de Universidade, universal. Bom, isto tudo tinha um ânimo interessante, que era de resistência ao regime militar... No mínimo tinha uma bandeira que unificava todas as vertentes do movimento estudantil. Que era a bandeira pela liberdade de expressão, pela liberdade de organização... Que era o fim da ditadura militar, pela manifestação livre de votos, organização partidária... Então essa era uma bandeira que articulava todos os segmentos, as vertentes do movimento estudantil – desde a que era considerada a extrema direita do movimento estudantil, que era o pessoal do MR-8, até... No leque de alianças do movimento estudantil, o 8 – que era articulado com o Quercismo, aquela coisa toda – era considerada a direita do movimento estudantil. Até setores mais à esquerda, Libelu – Liberdade e Luta, a Convergência... Então você tinha muitas bandeiras comuns, né? Isto permitia que você articulasse... E a partir daí, veja você tem toda uma... A partir da eleição de 80, para o DCE que é fruto da greve do Santa Mônica, da Engenharia, você tem a liquidação da presença do peleguismo no movimento estudantil. Definitivamente acaba o DCE enquanto um apêndice da direção da Universidade, aí você tem o DCE enquanto espaço de articulação democrática, de livre expressão do movimento estudantil...<sup>20</sup>*

Já em fins dos anos 70, quando se encerrava o mandato o Prof.º Gladstone Rodrigues, o processo sucessório para Reitor se deu, diante desses segmentos da comunidade universitária em defesa da efetiva democratização do meio acadêmico e fora dele, de forma arbitrária pelo governo federal. Apesar da política da administração gladstoniana ter total afinidade com a política da classe dominante local e governo federal, contudo, como a Universidade havia se tornado um pólo econômico e, conseqüentemente, um espaço de poder e projeção dentro da cidade de Uberlândia, as forças políticas locais, atreladas a essa classe dominante, cuidaram em tomar a Universidade do grupo articulador da federalização, embora, como disse, a política de ambos fosse da mesma escola. Assim,

<sup>20</sup> SACCO, Antônio. Apud. Eleonora Ribeiro. Op. Cit. 1995, p.167

quando do processo sucessório para o mandato posterior, ou seja, de 1980 a 1984, essa classe dominante de Uberlândia, articulada com o governo militar da Forças Armadas, apresentou o seu candidato, para Reitor da UFU, o Prof.º Aaulfo Marques Martins da Costa, que foi nomeado então Reitor, arbitrariamente, pelo governo federal através da Lei n.º 6733, que dispunha que o Reitor, das universidades públicas, seria nomeado pelo Presidente da República independentemente de lista sêxtupla, elaborada pelos Conselhos Universitários. A redemocratização, assim, parecia estar apenas nos devaneios de quem a desejava. Porém, nessa conjuntura, as conquistas democráticas viam se desenhando lentamente.

Em vista disso, a articulação interna, expressa em membros do Conselho Universitário em apoio ao Vice-Reitor, Prof.º Antonino Martins, à sucessão da reitoria, tomou um golpe das forças políticas locais da classe dominante, desfazendo uma suposta carreira do grupo articulador da federalização na direção da Universidade. Embora, o Prof.º Antonino não fosse desejado a ser o Reitor por essa articulação política tramada, ele, entretanto, consentiu com o Prof.º Aaulfo, tornando-se parte de sua administração, como Pró-Reitor Acadêmico, na gestão de 1980 a 1984. Todavia, a entrada do Prof.º Antonino nessa gestão se deu ao acordo feito entre ele e o Prof.º Aaulfo sobre a sucessão da reitoria em 1984, ou seja, o Prof.º Aaulfo apoiaria a candidatura do Prof.º Antonino para Reitor, o que, porém, não aconteceu.

A lista, elaborada pelo Conselho Universitário para a nomeação de um novo Reitor pelo Presidente da República, voltou a ser respeitada pelas forças políticas locais e governo federal no processo eleitoral de 1984. Entretanto, nesse processo eleitoral à sucessão da reitoria, o Prof.º Ataulfo não cumpriu o acordo com o Prof.º Antonino, em 1980, e se candidatou a entrar na lista do CONSUN, fazendo, assim, mais uma vez, a "felicidade" da classe dominante local, que o desejava na continuidade da direção da Universidade. Assim, apenas em 1988, o Prof.º Antonino conseguiu chegar ao cargo de Reitor.

Assim sendo, percebe-se que esses dois grupos, embora, como disse, fosse da mesma escola política, ambos se revezaram no poder da administração da Universidade.

Porém, no processo eleitoral de 1991, um grupo se apresentou no seio da Universidade com uma proposta mais à esquerda, digamos mais popular, para a direção e administração da Universidade Federal de Uberlândia, levando, conseqüentemente, os variados grupos envolvidos no processo em grandes embates políticos entre si.

## CAPÍTULO II

### O Processo Eleitoral de 1991: uma nova face da Universidade?

O discurso político se configura sempre como um discurso que se diz competente, e, dessa forma, não foi diferente durante o processo eleitoral para a escolha de reitor na Universidade Federal de Uberlândia em 1991. Os discursos das chapas, em campanha eleitoral, tinham um elemento que sustentava sempre o discurso político das mesmas, qual seja, a efetivação da democracia e/ou a participação nos assuntos da Universidade. Porém, o conceito de democracia parece mesmo sustentar apenas os discursos, pois que há uma relação entre esse conceito e as massas<sup>21</sup>, deixando de lado a politização mas conferindo às mesmas a alienação:

*No meu entender, a discussão sobre a participação política, está envolvida pela premissa, nem sempre explícita, de que as massas são incompetentes, isto é, não têm, nelas mesmas, condições para conhecer e exprimir suas necessidades e aspirações, e, quando o fazem são portadoras do irracionalismo.*<sup>22</sup>

Assim sendo, se o conceito de democracia for um conceito abstrato, não resta afirmar que a disputa é apenas pela tomada do poder, pela simples troca de dirigente e pela manipulação da massa universitária aos ditames de um poder centralizado nas mãos de poucos. Todavia, se do

---

<sup>21</sup> O conceito de sociedade de massas é complexo envolvendo uma série de elementos que não trataremos aqui, por se tratar de um tema de monografia de final de curso. Sobre a temática leia: ORTEGA Y GASSET, J. *A rebelião das massas*. trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

<sup>22</sup> SOARES, Ricardo Prata e Outros. *Estado, participação política e democracia*. Brasília: CNPq/ANPOCS, 1985, pag. 69

contrário, há uma ruptura e possibilidades para uma compreensão da Pólis universitária.

O processo eleitoral para a reitoria, em 1991, deu-se num bojo de disputa entre idéias tidas como democráticas, participativas, renovadoras, arcaicas, tradicionais e de transformação total. O processo, que contou com 4 chapas inscritas, pôde ser evidenciado pelo programa de cada uma delas e de seus discursos e debates que divergiam ou em certos aspectos se convergiam. As 4 chapas – *Idéias e Ideais*, encabeçada pelo professor Nestor Barbosa de Andrade; *UFU Um Novo Desafio*, encabeçada pelo professor Ataulfo Marques; *Transformação Com-Ciência*, encabeçada pelo professor José Eustáquio Dourado; e *UFU 2000*, encabeçada pela professora Lindamar – propunham para a Universidade Federal de Uberlândia, cada uma pôr si, atuações diferentes de administração, embora algumas vezes convergindo entre si.

A chapa *Idéias e Ideais* propunha uma universidade com ampla participação da comunidade universitária e uberlandense nos assuntos e problemas públicos, ou seja, na transformação da UFU em um espaço de reflexão crítica a partir da interação entre a universidade e a comunidade em geral:

*Transformar a UFU em um espaço criativo e de reflexão crítica. Dotar os campi de inquietação e vida. Afastar daqui qualquer sinal de apatia. Viver a paixão de uma Universidade onde idéias e ideais fervilhem nos corredores, nas salas, nos laboratórios e nos seus espaços abertos. Uma Universidade que toma consciência de sua crise e encontra saídas para ela. Uma Universidade que liberta e potencializa suas qualidades, para acompanhar o mundo em mudança. Uma Universidade que reúne suas capacidades e passa a exercer uma aguda intervenção no social. Uma Universidade que se renova e assume seu papel na transformação do país, do nosso país – o Brasil.*

*Você já pensou numa Universidade assim? Pois ela é possível e está ao alcance de nós. Talvez exatamente por isto é que tentam destruí-la. Deixando-a na penúria de recursos, esvaziada de seus melhores talentos, movem contra ela uma campanha de desmoralização, tentando nos convencer de sua suposta ineficiência. Pretendem, assim, privatizá-la, restringir-lhe o acesso, abafar seu potencial criativo, impedir que seja atingido o fim a que ela se destina: sistematizar, desenvolver e socializar o patrimônio técnico-científico, artístico-cultural e crítico-filosófico da humanidade.*

*Mas a essa tentativa dizemos NÃO, para dizer SIM a um outro tipo de Universidade: pública e do público, gratuita, aberta e democrática, integrada à comunidade local e regional; um espaço onde haja discussão, vivência e convivência, uma nova mentalidade universitária, enfim. Não mais a troca de influências; não mais os acordos de gabinete; não mais o mandonismo; não mais os interesses de grupo. Mas sim uma nova Universidade Federal de Uberlândia.<sup>23</sup>*

A chapa, nesse sentido, apregoava uma Universidade renovada de acordo com as mudanças de pensamento introduzidas pelas conjunturas de épocas. Ela mostra, através do seu discurso, uma ruptura com o antigo modelo de escolha de reitor e de administração vigente. Sua linha de discurso passa, assim, a ser sustentada pela defesa de uma Universidade pública, gratuita, democrática e aberta a comunidade, tanto universitária como uberlandense.

Esse pensamento ou essa forma de pensar sobre a Universidade Federal de Uberlândia, sem dúvida, é característico da conjuntura do final dos anos 80 para o início dos anos 90, onde, depois da Ditadura Militar, houve eleições diretas para presidente da república, com uma enorme participação dos eleitores na escolha de seus candidatos, mesmo quando delegando seus poderes. Desse modo, podemos entender o porque dessa chapa se referir ao continuísmo e ao tradicionalismo pelo qual a Universidade vinha passando, onde as administrações tinham relações

---

<sup>23</sup> Boletim da campanha, n.º 01, chapa Idéias e Ideais, s/d.

diretas com o poder oligárquico local e onde a escolha de reitor era feita pôr grupos de interesses da Universidade ligados à esse poder.

A chapa *Idéias e Ideais* tinha a preocupação, durante o processo eleitoral, de mostrar que o “continuísmo” não acompanhava as transformações pela qual a sociedade capitalista impunha, ou seja, a Universidade tradicional e sem uma democracia interna sobre as questões acadêmicas seria levada ao atraso gradual e total enquanto espaço de produção de conhecimento científico, humanístico e cultural:

*A Universidade brasileira vive atualmente sua mais profunda crise. Seus fundamentos encontram-se no fato de que tanto a estrutura quanto as funções cumpridas pela Universidade estão hoje em descompasso com o movimento, as transformações e as exigências da sociedade como um todo... Neste sentido, nada pode ser mais equivocado do que a defesa do 'continuísmo', independentemente da forma como este venha a se manifestar<sup>24</sup>*

Essa impossibilidade, de uma Universidade atuante e forte, que a chapa *Idéias e Ideais* fazia saber sobre a administração da UFU se relacionava a idéia de pensar a Universidade como propriedade política de uma oligarquia local que quis ter a pretensão de administrar a Universidade Federal de Uberlândia para sempre. Esse tipo de administração, segundo a chapa *Idéias e Ideais*, escamoteava a participação da comunidade universitária – professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos – em questões importantes surgidas no âmbito da Universidade, como a escolha de dirigentes ou representantes dentro da instituição: diretor de assuntos estudantis;

---

<sup>24</sup> *Manifesto* da chapa *Idéias e Ideais* – Grupo Pró-Sucessão, 11/10/91.

diretor de centros acadêmicos; e a escolha do próprio reitor. Percebe-se, assim, com discursos tidos como “democráticos” enganando a comunidade universitária e fazendo-a acreditar que as escolhas se davam no bojo da democracia, quando, na verdade, vários dirigentes dessa Universidade eram nomeados mediante o esforço de grupos ligados a esse partido oligárquico e reacionário.

A chapa *Idéias e Ideais*, de caráter popular e esquerdista propunha, segundo seu discurso, a total abertura à participação da comunidade universitária nos assuntos acadêmicos para o surgimento de uma nova Universidade ligada ao compromisso com a maioria da população, conforme aponta o manifesto da chapa:

*Enfim, precisamos de uma nova Universidade. Uma Universidade democrática, solidária, criativa, científica e culturalmente produtiva, posta a serviço da maioria da população. Este é o objetivo e este é o compromisso programático básico desta chapa: sabermos que nossa prática garantirá um ambiente contagiante, com a comunidade se movimentando para ter esta vitória e para garantir que as idéias sejam ideais concretizados<sup>25</sup>*

A política da chapa se dava, assim, dentro de um contexto de lutas e reivindicações de vários movimentos sociais que se colocavam, naquele momento, em prol da abertura total, da redemocratização em todos os aspectos da vida, tanto da vida política, econômica e cultural do país. A censura dos anos 70 frente os vários aspectos da vida e a lenta redemocratização posterior, a partir do final desses mesmos anos, que durou cerca de uns 12 anos, culminou no final dos anos 80 em vários

---

[<sup>25</sup> Ibidem

movimentos sociais, que já vinham à vários anos reivindicando seus direitos, discursando e argumentando em defesa da liberdade, dos direitos humanos, da justiça e da democracia na vida social. A chapa *Idéias e Ideais* se posicionava, assim, diante e contra esse recente passado autoritário, ditador e oligárquico, como ilustra o informativo de apoio à chapa:

*Porque é fácil fazer campanha para a chapa Idéias e Ideais? Porque não temos que justificar um passado nebuloso; não temos de justificar apoios de pessoas suspeitas; defendemos propostas claras; não temos medo de perguntas, enfim, apoiamos uma chapa competente.*

*Nosso compromisso é com o avanço, com o novo. Só nós temos a ousadia e a coragem de propor transformações porque acreditamos que a força criativa nos acompanha. As pessoas não suportam mais a mesmice, os 'senhores feudais', o tédio e a repressão.*

*Atrás de nossas Idéias e Ideais não há intenções obscuras e maquinações de gabinetes, mas pessoas competentes, ligadas à todas as áreas acadêmicas, profissionais que vivem a rotina ensino-pesquisa-extensão, e que mostram a sua cara abertamente. São pessoas que sempre levantaram a voz contra o autoritarismo, a incompetência, o entreguismo, a corrupção e o atraso<sup>26</sup>*

A questão do "novo", como vemos, apresentada nos discursos da chapa *Idéias e Ideais*, como também nas demais chapas, revela propostas de transformações modernas, ou seja, o alcance da modernidade. Nas eleições para reitor, assim como para prefeito, governador de Estado, vereador, deputado, presidente da República, liderança comunitária, o "novo" tem sido objeto de campanha eleitoral de várias chapas ou partidos na promessa de uma vida social, cultural, política e econômica cimentada na chamada modernidade como salvação de uma vida tida como tradicional, caótica e repressora. Porém o "novo",

---

<sup>26</sup> Informativo do Comitê Estudantil de apoio a chapa *Idéias e Ideais*, s/d.

quando é observado nessas campanhas, não passa de um conceito pronto e estanque, pois é a esse respeito que os candidatos se posicionam. Assim, quando pensamos o “novo” como solução para uma vida caótica estamos, muitas vezes, reproduzindo a caotice da vida tradicional, pois no interior dessa sociedade capitalista, em constante mudança, o “novo” é apenas um conceito efêmero.

Todavia, podemos pensar o “novo”, nesse processo eleitoral, como ruptura se colocarmos em evidência as propostas da chapa *Idéias e Ideais* que se divergiam do pensamento do partido oligárquico local e, assim, em um desligamento do modo anterior de administrar a Universidade. A vitória da chapa *Idéias e Ideais*, na eleição de 1991 para a reitoria, mostrou que o “novo” se relacionava apenas às propostas dessa chapa, demonstrando-se uma ruptura com o poder local vigente até então, e, assim, não percebido como um conceito efêmero. Isto é, o discurso do “novo” foi compatível com as propostas da chapa e, conseqüentemente, dando seqüela a essa ruptura.

Outras problemáticas, além da questão do “novo”, que normalmente fizeram parte do processo eleitoral, foram as disputas entre as chapas eleitorais pôr melhores cartas-programa que pudessem evidenciar grupos de pessoas comprometidas, seriamente, com a administração universitária. Sendo assim, foi verificado diferentes projetos de administração para a Universidade Federal de Uberlândia, com cada chapa apontando para uma direção que lhe achasse importante e necessária para a Universidade, no contexto do ano de 1991.

A chapa *Transformação Com-Ciência* projetava para a Universidade – levando em conta o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração universitária, os assuntos estudantis, técnico-administrativo e docente – o desenvolvimento progressivo e moderno mediante a conscientização e mobilização da comunidade universitária para a sua própria realização pessoal e profissional, ou seja, uma universidade autônoma e democrática via centros acadêmicos, departamentos e coordenações de cursos, com a participação dos três segmentos universitários, em prol de uma universidade adequada às condições de trabalho e estudo de professores, alunos e funcionários técnico-administrativo, para a finalidade de realização pessoal e profissional dos mesmos. Percebemos, assim, um projeto de universidade respaldado no funcional e técnico, desprovido de discussões ou fóruns de debates necessários à luta constante em defesa de uma universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade.

As chapas *UFU Um Novo Desafio* e *UFU 2000* juntamente com a chapa *Transformação Com-Ciência*, podemos dizer, analisando os discursos e as propostas, que tinham um único projeto para a administração da UFU. Esse projeto, levando em conta os diversos setores da UFU e a comunidade universitária, enfocava diretrizes de trabalho canalizados em preocupações técnicas e funcionais, sem a preocupação de ver a universidade pública como um espaço de resistência à uma política neoliberal globalizante. Analisando os projetos das chapas pôr este viés, percebemos que não somente a chapa

*Transformação Com-Ciência*, mas todas estas citadas estão, aqui, no mesmo bojo. Vejamos os trechos da chapa *UFU 2000* e *UFU Um Novo Desafio*, respectivamente:

*O prognóstico da Universidade Federal de Uberlândia para a década de 90 acena com um grande esforço de re-estruturação da oferta e demanda do ensino de graduação e pós-graduação bem como a melhoria da capacidade instalada e aperfeiçoamento do processo pedagógico. A UFU deverá investir vigorosamente em laboratórios, bibliotecas e fortalecer sua política de qualificação docente. Daí ser necessária uma administração determinada, competente e ousada, para os próximos 4 anos*<sup>27</sup>

*Incipientes em 1978, a pós-graduação e a pesquisa na UFU dispõem hoje de razoável prestígio, capacidade instalada e respeitada produção. Em 1990, foram desenvolvidos 233 projetos e, além dos 3 programas de mestrados já instalados, 7 outros tramitam ou já estão sendo instalados*<sup>28</sup>

*Preparar o homem da região de modo integral, habilitando-o ao exercício de atividades técnico-profissionais*<sup>29</sup>

Como vemos, é um discurso único preocupado com a esfera técnica e funcional da UFU, ou seja, ao invés de se comprometer em mostrar a relação da universidade com o MEC e governo federal, deixando evidente as tentativas de privatização dessa Universidade, como as demais, pôr parte do Estado. Ao invés de propor uma universidade como espaço de discussão e debate, como um referencial na tentativa de politização da comunidade universitária – alunos, professores e funcionários técnico-administrativo – a respeito da cidade universitária (a polis universitária) e da sociedade uberlandense como um todo, ficam com essa “ladainha” de melhoramento de laboratórios, bibliotecas, de processo pedagógico universitário para o fim último de preparar o estudante para o mercado de

<sup>27</sup> *Carta-programa* para Ensino, Pesquisa e Pós-graduação da chapa UFU 2000.

<sup>28</sup> *Ibidem*

<sup>29</sup> *Carta-programa*. Democratização da Universidade. Chapa UFU Um Novo Desafio

trabalho, para ser, literalmente, um grande profissional. Vemos que, no discurso, não se pensa em uma universidade humanística, uma universidade que venha humanizar a comunidade universitária, principalmente os alunos. Assim, pode-se perceber que as propostas dessas chapas de incentivo à cultura na Universidade ou de uma universidade cultural não tem respaldo na questão da humanização, de uma universidade humanística, uma vez que essa questão é bem mais profunda, pois que toca no âmbito da história, da filosofia, da educação e de outras disciplinas que venham propiciar o conhecimento do próprio indivíduo dentro da sociedade em que vive e, paralelamente, a compreensão pôr ele da mesma sociedade.

Assim sendo, o discurso não procede e é levado ao continuísmo, ao tradicional e costumeiro discurso sem ressonâncias no que tange ao humanismo dentro da academia.

Paralelamente ao discurso funcional e técnico, verificamos, também, que os discursos das chapas contêm elementos passadistas e futuristas que sustentam suas propostas como adequadas ao bom funcionamento da Universidade. A chapa *UFU Um Novo Desafio*, pôr exemplo, respalda suas propostas em discursos passadistas como um dos meios para se atingir os seus objetivos, ou seja, uma chapa que para se eleger busca em algumas realizações e fatos de anos anteriores o convencimento da comunidade universitária de que seus valores e projetos são adequados para administrar a UFU, como segue no trecho abaixo:

*Há um fato na UFU que todos sabem, até mesmo professores, alunos e servidores técnico-administrativos que ingressaram na universidade recentemente: o período de maior desenvolvimento da Universidade Federal de Uberlândia, inclusive a sua democratização, com a execução de um projeto de participação da comunidade universitária, modernização administrativa, descentralização das decisões e das estruturas do poder, ocorreu durante a gestão do professor Ataulfo, fruto do seu trabalho como reitor<sup>30</sup>*

Percebemos, assim, que a chapa citada busca no passado uma justificativa de justiça para ser eleita pela comunidade universitária. Esse discurso, entretanto, externa às escondidas uma chapa estruturada em obras passadas, analogicamente, ao discurso de dirigentes de grandes “obras faraônicas” de nossa sociedade. Ou seja, uma proposta de administração universitária respaldada em conceitos apolíticos, de sensacionalismo da comunidade universitária frente fatos do passado que podem ser retomados. Nota-se, que viver das realizações do passado é deixar de encarar as rápidas mudanças pelas quais passam a sociedade, e, assim, viver orientado pôr referências – construções, situações ou feitos do passado – que as conjunturas de épocas propiciaram, quando, na verdade, essas referências não podem, pôr si só, levar ao entendimento geral da conjuntura do ano de 1991. Viver sob fatos do passado, sem estudar, refletir e analisá-los, é não querer sentir a realidade tal como ela é ou pode vir a ser, ou seja, seus problemas, seus conflitos e contradições.

A chapa *UFU Um Novo Desafio* mostra, como no trecho anterior, um explícito discurso passadista, que quando colocado em evidência aponta

---

<sup>30</sup> *Carta-programa. Democratização e desenvolvimento da UFU: um desafio que já começou. Chapa UFU Um Novo Desafio.*

para ideologias conservadoras, pois, como já dissemos, não prioriza a universidade pública como um espaço de debate e discussão que venha desdobrar na humanização, politização de quem nela trabalha e/ou estuda e, tão menos, na defesa intransigente e no debate acerca dela como uma Universidade gratuita, de todos. Assim sendo, percebemos que há interesses oligárquicos pôr trás do referido discurso, pois que as mudanças em favor ou pela maioria, direcionadas em proveito da comunidade universitária (e pôr que não dizer uberlandense, também?) e como aquela preocupação de conhecer a “Pólis” universitária – suas estruturas de poder, seus conselhos e deliberações, seus órgãos administrativos, seus cursos, seus blocos de ensino, pesquisa e extensão, o corpo geral de docentes, o isolamento do bloco “3D” (bloco do curso de Direito), a discussão vigente da reitoria sobre os assuntos que dizem respeito à Universidade-sociedade, e, enfim, todo o movimento cotidiano dentro da cidade universitária que venha desencadear os conflitos, os problemas e deliberações acerca da mesma – são inexistentes.

O processo de compreensão e entendimento da universidade como um espaço de discussão, debate e conscientização política sobre a sociedade, ou seja, sobre a organização e estrutura da mesma – levando-se em conta os diversos grupos sociais –, não tem sido favorecido à comunidade universitária, e, assim, não tendo respaldo, uma vez que essa universidade (Universidade Federal de Uberlândia) é caracterizada por um espaço público, isto é, um espaço de “todos” e para “todos” – professores, alunos, funcionários técnico-administrativo e comunidade

uberlandense. Sendo assim, a universidade pública, que contrapõe à um espaço privado e particular, deveria propiciar sem recusa, de forma mais evidente e interessante essa compreensão, pois que a comunidade universitária tem o direito de conhecer e de ser levada a compreender seu espaço público, a organização e estrutura de sua cidade universitária. As chapas conservadoras, no que tange à essa questão, como *UFU Um Novo Desafio*, *UFU 2000* e *Transformação Com-Ciência* mostraram em suas cartas-programas uma negação à esse respeito, pois que a conscientização política da comunidade implicaria em possíveis questionamentos sobre a oligarquia local, ou seja, no poder centralizado nas mãos de poucos. Todas as discussões e deliberações nos assuntos acadêmicos seriam, assim, tomadas por esse poder, por essa oligarquia local, até mesmo quando diriam respeito aos funcionários técnico-administrativos, por exemplo. O conhecimento da “pólis” universitária pela comunidade universitária e uberlandense implicaria, para essas chapas, em questionamentos que viesse promover a recusa de sua ideologia e, conseqüentemente, de seu poder oligárquico que parecia eterno.

As chapas *UFU Um Novo Desafio*, *UFU 2000* e *Transformação Com-Ciência* tinham características e defesas políticas oriundas de um grupo com ideologias conservadoras e tradicionais. Assim sendo, percebe-se a identificação entre essas 3 chapas de um mesmo projeto, como foi dito anteriormente, para a Universidade Federal de Uberlândia, ou seja, a defesa dos interesses desse grupo que é, verdadeiramente, a defesa da minoria em detrimento da maioria da população uberlandense.

Pode-se dizer que esse grupo defende a centralização do poder em suas "mãos", onde a participação política da comunidade uberlandense é jogada de lado, pois que interessa a esse grupo – que pode ser denominado de oligarquia local – a manutenção das desigualdades sócio-econômicas através de uma política constante de freimento da politização quando da possibilidade de ser atingida por segmentos desfavorecidos da comunidade uberlandense.

O discurso político desse grupo diante da sociedade passava pelo argumento: "nós cuidamos dos problemas sociais, econômicos e estruturais do país enquanto vocês trabalham por ele". Ou seja, "deixa que nós fazemos política!", como ilustra o trecho abaixo sobre a fundação da UnU em 1969:

*A Universidade foi criada em 14 de agosto de 1969 pela ação do então Ministro Chefe da Casa Civil, Rondon Pacheco. Criada sem passar no Congresso Nacional, sem ouvir o Conselho Federal de Educação e sancionada pela Junta Militar, com base no Ato Institucional 16. Foi a invejável visão de estadistas de Rondon Pacheco de que seria possível, através de um ato de exceção, criar uma universidade federal aqui na região.<sup>31</sup>*

Nota-se, assim, a exclusão da comunidade uberlandense, dos movimentos populares – alunos de escolas públicas – em prol de uma universidade, em detrimento dessa oligarquia local com representantes e influentes nos órgãos dirigentes do Estado. O discurso desse grupo passa pela negação dos movimentos populares e sindicais na luta por uma melhor escola para Uberlândia. O que fica evidente, na fala acima, é que

---

<sup>31</sup> Cf. SILVA JÚNIOR, Antonino Martins da. A Fundação Universidade Uberlândia. *A UFU no Imaginário Social*, 1988, p. 110

o Sr. Rondon Pacheco foi o único responsável pela criação da Universidade e, isso, representa notadamente o poderio da oligarquia local sobre a comunidade uberlandense em uma época de total exclusão da comunidade em participações políticas sobre "coisas públicas" reprimida pela ditadura militar.

Em 1966, quando da mobilização para a criação da Escola de Medicina, a comunidade uberlandense, em plena ditadura militar, foi para a rua "em passeata" pedindo a criação da escola, como mostra a foto abaixo:



Fonte: Desfile das escolas de Uberlândia em 7 de setembro de 1966

Os estudantes, a comunidade em geral estava lá, reivindicando uma escola superior de medicina, todavia a oligarquia local insiste, até hoje, dizendo que ela é que foi a responsável pela criação da UFU.

Os integrantes desse grupo deixam, assim, evidenciado as suas defesas em prol dessa oligarquia, contrapondo-se, dessa maneira, aos interesses da maioria da comunidade uberlandense. Defendendo os

interesses da classe dominante de Uberlândia, eles têm a coragem de manipular os conceitos democráticos através dos meios de comunicação de massa, dando um “tom” denotativo de afirmação e negação às funções das entidades representativas da UFU – Adufu, Asufub e DCE –, o que, na verdade, desdobra em um discurso de negação das lutas travadas, por essas entidades, em prol da participação política nas “coisas públicas” da Universidade e da cidade como um todo pela comunidade em geral. Eles têm a ousadia de dizer que as lutas sindicalistas são “um fiasco” para a consolidação da universidade e que a defesa da mesma, como um espaço democrático, deva ser realizada com limites de atuações, como demonstra o trecho abaixo:

*O papel que as entidades desempenham é importante. Elas estão à procura de espaços dentro da Instituição. E muitas vezes, há o confronto porque as pessoas que estão à frente dessas entidades não entendem que existe uma estrutura e que essa estrutura deve ser respeitada. Isso não significa que as entidades representativas devam ser marginalizadas do processo. Não é isso. Só que esse processo de erros e acertos. E só o tempo é que vai nos mostrar como que esse processo de readaptação pode ser feito. Agora, de fato, a atuação dessas entidades tem sido muito importante, até no próprio processo de democratização da Universidade. À medida que as pessoas querem atuar, querem participar, elas logicamente dão a sua contribuição para esse processo de abertura, para esse processo democrático. No entanto, é preciso que essas pessoas e as entidades entendam que têm que estabelecer limites para as suas atuações. E esses limites são definidos pelo respeito que deve haver à própria estrutura da Instituição. O que eu digo é que não é através das lutas corporativistas e sindicalistas que vamos consolidar a Universidade.*

*Houve uma fase em que a Associação dos Docentes, no momento em que esteve nas mãos de pessoas mais radicais, tinha uma tendência, uma prática de fazer oposição a todo custo. Acho que oposição deve haver, mas oposição construtiva.<sup>32</sup>*

---

<sup>32</sup> Cf. COSTA, Aulfo Marques Martins da. Entidades representativas. *A UFU no Imaginário Social*. 1988, p. 259

Assim sendo, negar as lutas sindicalistas em prol de uma universidade de qualidade, gratuita e democrática é, sim, identificar-se com esse grupo oligárquico que insiste em manter os privilégios da minoria uberlandense. Aliás, também, quando se mostra a Universidade Federal de Uberlândia como uma universidade “forte” em ensino, pesquisa e extensão na região do Triângulo Mineiro, quando se diz que ela se aproxima da sociedade uberlandense e regional através do Hospital de Clínicas ou através da prestação de serviços à prefeitura municipal ou às prefeituras da região é mesmo querer elevar o nome da instituição como algo magnífico e poderoso e, ao mesmo tempo, relegar para um plano inexistente a sua mais importante contribuição, qual seja, a busca de transformação humanística da sociedade como um todo e da inclusão das pessoas de baixíssima renda econômica nesse processo. Pensando assim, vemos uma universidade isolada dentro da sociedade, sem aquele poder catalisador e de transformação. Ela se mostra inerte, nesse sentido, para a maioria – a universidade é vista como um espaço privilegiado, como um espaço de pessoas bem sucedidas de alta renda econômica e como um espaço de difícil acesso por parte das pessoas carentes e de baixa renda – e interessante para a classe dominante como universidade de “ponta” na região do Triângulo Mineiro:

*Hoje vejo que a Universidade Federal, aliás, acho que já tinha consciência disso há muito tempo, é uma Instituição de Ensino Superior que tem que liderar essa região do estado a nível de extensão pelo seu comprometimento social. E pelo conhecimento que tenho das outras Universidades do país, temos condições excepcionais de integração com a comunidade. Nesta Universidade, o potencial de aproximação com as pessoas e com a sociedade através do Hospital, com a realidade local através das Artes ou através da prestação de serviços à prefeitura*

*municipal ou às prefeituras da região é muito grande, eu diria que é impar a sua situação na região do Triângulo Mineiro. E acredito que essa Universidade poderia dar o exemplo enorme ao país de resposta aos problemas do nosso povo, do nosso meio, da nossa cultura e das nossas dificuldades para superar o subdesenvolvimento graças a fatores de aproximação muito grandes que aqui existem, e que não se encontram em nenhuma outra Instituição do país.<sup>33</sup>*

Sem dúvida esse discurso, acima, é muito competente, mas sem localização dentro de uma prática de uma realidade social humanizante. Ou seja, ele ilustra e coloca em evidência o poderio estrutural da universidade na região em contraponto de uma instituição superior humanizante e politizante, onde o agente nesse processo social é uma instituição auxiliadora de acoplação as regras naturais do cotidiano uberlandense e regional. Assim, observa-se uma despreocupação em fazer da universidade um espaço de críticas e construções humanizantes e politizantes, ou seja, um espaço onde o estudante venha refletir sobre a existência e a origem das “coisas” e procurar compreender o processo humanístico dentro da universidade, deixando, assim, de compreendê-la como uma escola de “expedição de diploma” ao final do curso. Sendo assim, o discurso nega as lutas sindicais e afins, como descrito anteriormente, em prol de uma universidade tecnicamente estruturada, pois que nega o lado humano e político da UFU, colocando-se, desse modo, do lado oposto.

No processo eleitoral de 1991 verificamos, através das propostas das chapas, que o discurso de ambas, como foi dito anteriormente, ora convergiam ora divergiam. Teoricamente as propostas das 4 chapas se

---

<sup>33</sup> Cf. CUNHA FILHO, Gladstone Rodrigues da. Importância Social da UFU. *A UFU no Imaginário Social*. 1988, p. 404

identificavam quando propunham a democracia; uma maior participação dos três segmentos – comunidade universitária – nos processos de discussão e deliberação dos conselhos da UFU, e, principalmente, sobre a modernização da Universidade.

A carta-programa da chapa *UFU Um Novo Desafio* se intitulava: *Democratização e desenvolvimento da UFU: um desafio que já começou*. As propostas dessa chapa para o ensino, a pesquisa e a extensão se baseavam nos feitos das duas gestões do professor Ataulfo, de 1980 a 1988 à frente da reitoria e na continuidade dessas obras, pois para a chapa o seu projeto para o ensino, a pesquisa e a extensão já havia começado. Dessa forma, a chapa procurava mostrar o seu projeto através dos seus feitos discursado em sua carta-programa. Ela aponta, em suas realizações, desde o aperfeiçoamento dos docentes em programas de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior, passando pelo apoio aos programas de estágio para todos os cursos da UFU num objetivo de correlacionar o ensino com a prática, até a ampliação e o melhoramento dos laboratórios da universidade.

Em se tratando da pesquisa, a chapa mostra o avanço que houve na área sob a administração do professor Ataulfo. Foi criado, segundo a chapa, em 1984, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e foi estimulado, a partir de 1985, o desenvolvimento de grupos emergentes de pesquisa. Os recursos destinados à pesquisa foram ampliados, e, em 1986, foi criado o Programa de Iniciação Científica que permitia ao aluno o desenvolvimento de seu projeto de pesquisa sob a orientação de um

professor. Assim, desde o apoio e o estímulo ao desenvolvimento dos núcleos de pesquisa da UFU - Grupo de Pesquisa e Análise de Conjuntura Econômica; Núcleo de Pesquisa do Cerrado; Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais; Núcleo de Tecnologia de alimentos; Centro de Documentação e Pesquisa Sócio-Econômica; Núcleo de Pesquisa no Trânsito - até o desenvolvimento de 3 fazendas experimentais para a realização de pesquisas nas áreas de pecuária e agricultura, a chapa *UFU Um Novo Desafio* deixou clara a sua atuação.

Já as atividades de extensão, segundo a chapa, foram realizadas numa ação conjunta entre a comunidade universitária e a população. Desde a criação de ambulatórios em 5 bairros periféricos, para os serviços de saúde, voltado para a população uberlandense, passando pela implantação da Rádio Universitária, em 1986, e a área de assuntos internacionais, em 1985, afim de estabelecer, segundo a chapa, intercâmbios entre a UFU e organizações internacionais nos campos artístico, científico e tecnológico, até a criação de espaços culturais e educacionais, entre a comunidade universitária e a população, a chapa *UFU Um Novo Desafio* deixou às clara os seus "feitos" através das gestões do professor Ataulfo e a certeza, pela chapa, da continuidade de tais "feitos".

De outro lado, verificando a carta-programa de uma das outras 3 chapa – a *UFU 2000* – deparamos com um discurso bem modernista para a administração da UFU. A proposta dessa chapa para o ensino se

alimentava de um discurso técnico e dito como moderno. A chapa propunha desde a duplicação do acervo da biblioteca e a ampliação dos seus serviços, passando por avaliações da qualidade dos cursos de graduação a fim de satisfazer as necessidades da sociedade, e, na criação e melhoria de laboratórios de ensino, buscando, assim, satisfazer a necessidade da relação entre teoria e prática. Propunha, também, a avaliação do desempenho do profissional formado na UFU, em atividades na sociedade, para um exame dos cursos, afim de aperfeiçoá-los.

Já a proposta de trabalho para a área de pesquisa, segundo a chapa, seria a de um investimento qualitativo, buscando, para isso, desde a criação de fundos de pesquisa, passando pelo apoio institucional independentemente do orçamento universitário. Assim, a chapa propunha estimular e credenciar junto às agências financiadoras os grupos emergentes de pesquisa e, ao mesmo tempo, mostrava a necessidade da qualidade e da equiparação aos padrões nacionais e internacionais. A chapa colocava, também, a necessidade de investimento na consolidação dos cursos de pós-graduação, em fase de implantação, e na estimulação de novos cursos de pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado – bem como, também, os intercâmbios nacionais e internacionais necessários à uma pesquisa qualitativa.

Já para a chapa *Transformação Com-Ciência*, a atuação da universidade brasileira é o fator preponderante no desenvolvimento social, econômico, político, artístico-cultural, científico e tecnológico do país. Em vista disso, a UFU, para a chapa, na medida da conscientização de sua

comunidade universitária, teria condições de assumir papel decisivo no desenvolvimento do processo educativo de sua região. Assim, a chapa mostra três fatores essenciais para a conscientização e mobilização da comunidade universitária, como segue nos trechos abaixo:

*Um fator fundamental na conscientização e mobilização da comunidade da UFU, é a efetiva confiança na pessoa humana, e em sua participação (...). Em suma, acreditar que docentes, discentes e técnico-administrativos, se dispuserem de adequadas condições de trabalho e estudo, poderão realizar-se pessoal e profissionalmente, dando o melhor de si na concretização dos objetivos da instituição.*

*Um segundo fator essencial na conscientização e mobilização da comunidade interna da UFU e no desenvolvimento de seu papel educativo, é a progressiva abertura da instituição para o meio externo, buscando uma interação mais realista e construtiva com os diferentes segmentos da sociedade local e regional.*

*Um terceiro fator diz respeito à autonomia e à democracia interna.*

*A autonomia universitária significa liberdade que não se detém no nível superior da universidade, em sua reitoria, mas deve, isto sim, alcançar os centros, departamentos e coordenações de cursos, envolvendo a participação ativa de todos os segmentos que compõem a comunidade universitária, na definição das políticas, diretrizes e metas relativas às suas atividades de ensino, pesquisa, extensão.<sup>34</sup>*

A proposta para a área de ensino da chapa *Transformação Com-Ciência* estabelecia uma reestruturação dos cursos, currículos e programas, tornando-os permeáveis às questões advindas da realidade social e sendo capaz de despertar nos alunos um compromisso social. A chapa propunha, ainda, o apoio ao desenvolvimento de novos métodos e novas tecnologias de ensino afim de alcançar melhores padrões de qualidade nas diferentes áreas de formação. Desde a busca de recursos para a consolidação dos cursos de graduação em desenvolvimento, passando pela criação e consolidação de laboratórios para as atividades de ensino e, também, pela promoção de um encontro entre todas as

---

<sup>34</sup> *Carta-programa da chapa Transformação Com-Ciência. p. 2*

Licenciaturas, envolvendo coordenações de cursos e departamentos, objetivando a elaboração de um Projeto Político Pedagógico para o fortalecimento das licenciaturas no âmbito da UFU, até o desenvolvimento de projetos de ampliação e atualização do acervo bibliográfico da UFU, a chapa, *Transformação Com-Ciência*, elaborou as propostas para a área de ensino através de um projeto ousado.

Já na pesquisa, a chapa *Transformação Com-Ciência* tendo como base um discurso de que é na universidade brasileira onde surge os melhores pesquisadores do Brasil e, no entanto, que estão localizados nos grandes centros sócio-econômicos, deixando, assim, a UFU do lado de fora – a UFU está localizada no interior – do núcleo dos grandes pesquisadores e, conseqüentemente, das grandes pesquisas, colocando-se, desse modo, a necessidade de uma política de incentivo aos docentes e a pesquisa da UFU de forma que essa mesma pesquisa venha ter ressonâncias na sociedade e no sistema produtivo, como forma de integrar a pesquisa da UFU aos padrões nacionais e até mesmo aos internacionais. Em vista desse discurso, como segue no trecho abaixo:

*Segundo a CAPES-MEC, é na universidade brasileira que se concentra, hoje, o maior e mais qualificado contingente de pesquisadores em Ciência e Tecnologia do país, e é delas que provém parte da melhor pesquisa que o Brasil produz.*

*Porém, a distribuição da pesquisa científica no país está altamente concentrada nos grandes centros sócio-econômicos. Isso faz com que, numa instituição localizada no interior, caso da UFU, sejam raros os pesquisadores que se sentem estimulados pelas condições materiais e financeiras existentes na Instituição.*

*Daí, a urgência de se implementar, em nossa Universidade, projetos orientados para a retenção dos pesquisadores em seu quadro docente, através de uma política estável para as atividades de pesquisa.*

*Essa política deve contemplar a geração de mecanismos de transformação do conhecimento científico e tecnológico gerado na UFU à sociedade e ao sistema produtivo.*

*Deve permitir a integração, em todos os níveis, dos grupos emergentes e dos pesquisadores em núcleos interdisciplinares, como forma de buscar padrões nacionais de excelência, bem como de sua progressiva aproximação aos níveis internacionais.*<sup>35</sup>

as propostas da chapa *Transformação Com-Ciência*, para a área de pesquisa, iam desde o implemento de uma política de pesquisa que fosse capaz de estimular o surgimento de grupos emergentes de pesquisa e que pudesse, também, identificar as vocações especializadas e regionais dos pesquisadores, permitindo, ao mesmo tempo, o auto-reconhecimento do seu desempenho. Essa política visava ainda, segundo a chapa, o fortalecimento do relacionamento entre a pesquisa, a pós-graduação e a graduação. Entre outras propostas, uma enfocava implementações de ações políticas que viesse colocar o maior número de pesquisadores da UFU nos conselhos deliberativos ou consultivos dos principais órgãos fomentadores de pesquisa no país. A criação de condições para a realização de congressos científicos, seminários, encontros e debates, propostos pela comunidade universitária, e a promoção, anual, da "Semana Aberta à Ciência", para, especialmente, alunos e professores do 1º e 2º graus e a comunidade em geral, visava, para a chapa, a divulgação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos em ensino, pesquisa e extensão e na possibilidade desse conhecimento viesse a ser adquirido pela comunidade universitária e geral.

Em se tratando das atividades de extensão, a chapa *Transformação Com-Ciência* declara:

---

<sup>35</sup> *Ibidem.* pp. 4-5

*(...) necessário se faz, no âmbito da UFU, o desenvolvimento de políticas que assegurem à extensão a dimensão que lhe corresponde dentro da missão da universidade.*

*Políticas que considerem, sobretudo, a necessidade da vinculação da instituição com o seu meio-ambiente; políticas que estimulem a atuação da UFU nas diferentes comunidades e na sociedade em geral, sem perda de sua especificidade.*

*Finalmente, uma política de extensão que assegure, enquanto objetivos de extensão, a realização das seguintes atividades: difusão dos conhecimentos alcançados; continuidade dos serviços oferecidos à sociedade; ação contínua e recíproca entre Extensão, Ensino e Pesquisa.<sup>36</sup>*

Assim, sob esse discurso, as propostas de trabalho para a área de extensão iam desde a abertura dos campi à sociedade, propiciando um vínculo entre Universidade-Comunidade de maneira a facilitar a comunicação entre ambas. Uma outra proposta da chapa passava por uma formação de grupos interdisciplinares de extensão, através de programas e projetos de caráter multidisciplinar, e que pudesse estimular a participação de alunos universitários. A chapa propunha, ainda, o desenvolvimento de ações políticas no sentido de propiciar a participação da UFU, através dos seus docentes, em planos e programas de desenvolvimento nacional, regional e local. Ainda, aqui, uma outra mostrava a necessidade de realização do “II Seminário de Extensão da UFU”, objetivando formular uma melhor definição dos conceitos de extensão e de sua natureza.

Por sua vez, a chapa *Idéias e Ideais*, composta a partir do Grupo *Pró-Sucessão*, elaborou o seu programa e as suas propostas para a administração da UFU sob duas constatações por ela reveladas a respeito

---

<sup>36</sup> *Ibidem*. p. 6

da atual e das anteriores gestões administrativas da UFU. A primeira expunha a respeito, segundo o Grupo *Pró-Sucessão* e/ou a chapa *Idéias e Ideais*, à falta de sincronia da UFU com o seu tempo, isto é, com a sua época. A Segunda constatação apontava para as atitudes autoritárias das sucessivas administrações da UFU, onde, por exemplo, os grandes investimentos eram empreendidos pela reitoria, sem discussões junto à comunidade universitária, ou seja, decididos autoritariamente como atitudes típicas de regimes autoritários. O Grupo *Pró-Sucessão* assim se define:

*O grupo que reúne docentes, técnico-administrativos e estudantes da Universidade Federal de Uberlândia, que se nomeou "Grupo Pró-Sucessão", partiu de uma inquietação básica, qual seja: a de levar à UFU nova orientação acadêmica e administrativa*<sup>37</sup>.

Desse modo, sobre a primeira constatação, o Grupo *Pró-Sucessão* apontou para a falta de debates e enfrentamento, dentro da UFU – a direção da UFU –, frente às mudanças econômicas, sociais e políticas ocorridas em Uberlândia e região, na década de 80, mostrando, assim, que o século 21 se aproximava, mas que a UFU não estava despertada para isso. O Grupo mostrava que essas mudanças não havia despertado, o necessário, para a pesquisa e extensão e que essas áreas haviam caminhado muito pouco:

*Constatamos, ainda, que, em termos de pesquisa e extensão, sobretudo em áreas historicamente de difícil implantação, a UFU caminhou muito pouco. Alguns grupos conseguiram implantar linhas de pesquisa mais por apoio institucional.*

---

<sup>37</sup> *Carta-programa* do Grupo *Pró-Sucessão*. p. 1

*A extensão, por sua vez, é pouco ou quase nada praticada.*<sup>38</sup>

Para o Grupo *Pró-Sucessão*, a extensão deve ser uma atividade quase que sempre realizada e ela deve se definir como um intercâmbio de conhecimentos entre a universidade e a sociedade, ou seja, nessas atividades a universidade, pelos seus conhecimentos, deve interagir com a sociedade de modo a resgatá-la e a sociedade, por sua vez, deve servir, nessa interação, de objetos de pesquisas para a comunidade universitária.

No caso da pesquisa, o Grupo *Pró-Sucessão* apontava que essa área de trabalho poderia permitir a realização de duas funções básicas da universidade, quais sejam: a de congregar e desenvolver o conhecimento universal e produzir conhecimentos capazes de atender a região. Conforme assim, o Grupo *Pró-Sucessão* expõe:

*A pesquisa e a capacitação docente devem ser levadas a cabo de tal forma a permitirem o cumprimento de duas funções básicas da Universidade: congregar e desenvolver o conhecimento universal e produzir conhecimentos capazes de atender às demandas específicas e particularidades da região à qual ela deve se voltar de forma mais imediata. Os instrumentos adequados à compatibilização desta dupla função devem ser definidos a partir de uma ampla discussão realizada pelo conjunto dos docentes, técnico-administrativos e estudantes envolvidos com o processo de pesquisa em nível interno.*<sup>39</sup>

Em vista dessas exposições, o Grupo *Pró-Sucessão* elaborou suas propostas para as 3 áreas de trabalho – ensino, pesquisa e extensão – baseada na efetivação de uma real articulação dessas 3 funções com os

---

<sup>38</sup> *Ibidem.* p. 9

<sup>39</sup> *Ibidem.* p. 10

seus objetos, a partir de um redimensionamento da aplicação dos recursos orçamentários da UFU. O Grupo propunha desde uma atuação no ensino de maneira a induzir a pesquisa e vice-versa, propiciando a utilização de novos métodos de trabalho para essas áreas. Já, em se tratando da atividade de extensão, o Grupo *Pró-Sucessão* propunha a necessidade de revisão do seu trabalho, ou seja, pensar a extensão como socialização do saber e não como mera prestação de serviços e, assim, propiciar a implementação de projetos que direcionem sobre a sociedade o conhecimento produzido no interior da UFU.

Assim sendo, percebe-se que as chapas *UFU Um Novo Desafio*, *UFU 2000* e *Transformação Com-Ciência* propunham administrar a UFU àquele modo tradicional, repleto do centralismo das decisões e dos conchavos com a força política local. Apesar do discurso dessas chapas se convergir democraticamente com a chapa *Idéias e Ideais*, elas, no entanto, se divergem na atuação, na prática. A base para a formação dessas 3 chapas foi, em si, pela nomeação, enquanto a da chapa *Idéias e Ideais* foi pela discussão junto à comunidade universitária. Pensando, assim, verifica-se o desmonte do discurso democrático das chapas *UFU Um Novo Desafio*, *UFU 2000* e *Transformação Com-Ciência* em suas propostas para a administração da Universidade descritas em suas cartas-programa.

Desse modo, fazendo uma relação de como foi composta as chapas, para a eleição da reitoria, pode-se compreender ou “obter uma Idéia” de

como as chapas propunham administrar a UFU. A chapa *Idéias e Ideais* sobre a sua composição assim coloca:

*A presente plataforma de atuação traz a novidade de ter nascido de discussões na comunidade universitária. Ela obriga uma série de princípios e compromissos que só podem ser realizados com o engajamento das pessoas democráticas dessa Instituição. Sem essa participação consciente e ativa, não há a menor possibilidade de acontecerem as mudanças tão desejadas.<sup>40</sup>*

Por uma questão de lógica é inviável pensar, assim, que as administrações propostas pelas chapas *UFU Um Novo Desafio*, *UFU 2000* e *Transformação Com-Ciência* pudessem realizar administrações democráticas na UFU. Se quando da composição não houve a participação efetiva da comunidade universitária – docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativo –, na formação das chapas, é, então, pertinente apontar que tais administrações seriam gestadas por conchavos de “grupinhos” com a força política local desprovidas de uma efetiva participação política da comunidade universitária na “coisa pública” da Universidade. Partindo dessa análise, o Grupo *Pró-Sucessão* propunha uma administração respaldada em discussões junto à comunidade universitária e a composição da chapa *Idéias e Ideais*, por sua vez, já havia sido discutida junto dessa comunidade. Em se tratando dessa questão, o Grupo *Pró-Sucessão* expõe:

*São compromissos a defesa e o acatamento de deliberações das assembléias universitárias, dos congressos universitários e dos congressos estatuintes. Serão convidados os vários segmentos da*

---

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 11

*comunidade organizada a compartilhar conosco as responsabilidades decorrentes das decisões.*<sup>41</sup>

O prof.<sup>o</sup> Sidney Ruocco Júnior, estudante e membro-diretor do D.A.<sup>42</sup>

Veterinária da época, mostrou a problemática da forma de composição das chapas em suas lembranças daquele processo eleitoral:

*Bom, ué! Então, na verdade, na composição das chapas nós não participamos muito. Na época a gente era um DA [Diretório Acadêmico] de Veterinária muito atuante, principalmente no sentido operacional, de trazer semana científica, de fazer..., de organizar eventos, e a gente tinha uma grande ligação então com o Prof.<sup>o</sup> Fernando Ferreira que era diretor do CEBIM. E o Fernando Ferreira nos convidou, nos chamou, devido a ligação que a gente tinha de trabalho, pra apoiar a chapa do Prof.<sup>o</sup> Ataulfo. E fomos convidados também e assistimos alguma..., acho que uma reunião do Grupo Idéias e Ideais na época que era o Prof.<sup>o</sup> Nestor, fomos a convite do Prof.<sup>o</sup> José Eugênio, se eu não me engano, pra assistir uma reunião do grupo.*

*No caso das outras chapas foram a Prof.<sup>a</sup> Linda-mar e o Zé Eustáquio Dourado...não houve nem esse convite pra gente participar, né? Nem da discussão, nem nada...então, quer dizer, foram chapas...eu não sei de onde que nasceu a candidatura do Zé Eustáquio*

*Quando chegou já Idéias e Ideais, os nomes já estavam escolhidos. Agora, pela dinâmica que eu vi na única reunião que eu presenciei e pela própria dinâmica de trabalho durante a campanha, provavelmente ela deve ter nascido de uma discussão do grupo, do grupo chamado de Idéias e Ideais.*

*Já a chapa do Prof.<sup>o</sup> ...é...do Prof.<sup>o</sup> Ataulfo foi mais, o seguinte, um grupo menor de pessoas que viam o Ataulfo uma possibilidade de vitória, convidou, ele aceitou, e aí partiu-se então para arrebatar os nomes. Justamente porque acreditava-se que o nome do Ataulfo atrairia nomes mesmo de pessoas que trabalhariam.*<sup>43</sup>

Assim sendo, com vistas a essa discussão, percebe-se que a chapa *Idéias e Ideais*, oriunda do Grupo *Pró-Sucessão*, diferenciava-se das demais chapas por ter um caráter de direção da Universidade junto à comunidade universitária e, isso é, o que propunha para administrar a Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>41</sup> *Ibidem.* p. 11

<sup>42</sup> Diretório Acadêmico

<sup>43</sup> Entrevista realizada em 02-04-02 com o Prof.<sup>o</sup> Sidney Ruocco Júnior, atual Presidente da COPEV e Prof.<sup>o</sup> do departamento de Ciências Fisiológicas do Instituto de Ciências Biomédicas

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o longo processo de criação e federalização da Universidade por grupos políticos, representantes da classe dominante de Uberlândia, o que ficou evidenciado nessa construção, até a sucessão da reitoria em 1992, foi a centralização do poder nas mãos de poucos, ou seja, um "grupinho" de pessoas discutindo e deliberando os destinos da Universidade e, naturalmente, da cidade. A efetiva participação da comunidade universitária, por sua vez, em assuntos ou sobre os diversos problemas referentes à Universidade, desde a escolha de dirigentes – Reitor, por exemplo – ou em fóruns de debates, discussões e deliberações sobre o espaço universitário público, ou seja, como um espaço de todos e destinado, assim, também, aos interesses dos representantes das classes populares, era, notadamente, reprimido pelo grupo político-oligárquico de Uberlândia através das políticas centralistas de seus representantes na Universidade.

Percebo, assim, que a efetiva participação do conjunto da comunidade universitária nos assuntos acadêmicos e, conseqüentemente, em suas deliberações, aproximou a Universidade dessas classes populares, levando-se, por sua vez, a terem os seus representantes na direção da Universidade, rompendo, assim, com as influências, as nomeações, e os apadrinhamentos do grupo oligárquico-dominante que se achavam os donos da Universidade e que faziam da mesma um espaço de interesses da elite uberlandense, um espaço de ampliação do poder oligárquico e de projeção política, reforçado na idéia

de exclusão social, de desigualdades sociais, de massificação das “vozes” populares, e, enfim, de manipulação das classes populares com o intuito de distanciar a politização das mesmas.

Vejo, então, que no processo eleitoral de 1991, com a participação efetiva do conjunto da comunidade universitária – docentes, alunos e funcionários técnico-administrativo – nas prévias eleitorais para Reitor, através da conquista do voto paritário<sup>44</sup> pelos segmentos desejosos de democracia, a aproximação da Universidade com as classes populares. Esse tipo de participação, no entanto, foi decisiva para mostrar os anseios políticos, dos representantes da democracia, contra o poder oligárquico local, uma vez que essas prévias eleitorais, pelo voto paritário, evidenciou o desejo de um proposta, digamos, mais popular, mais democrática. Assim, a realização dessas prévias eleitorais e do voto paritário proporcionou ao conjunto da comunidade universitária a escolha do novo Reitor, que, oficialmente, era escolhido pelo Colégio Eleitoral Especial – CONSUN, CONDIR e CONSEP – restringindo a participação da comunidade.

Assim, verifico que a chapa *Idéias e Ideais*, através do grupo Pró-Sucessão, pode abrir espaços para a discussão e o debate sobre a Universidade à comunidade universitária, criando uma proposta participativa mais à esquerda, mais popular para a administração da UFU. A par disso, fica patente então o descompromisso e o distanciamento dos representantes da classe dominante local em relação a efetiva abertura à participação da comunidade universitária nos assuntos acadêmicos.

Embora as chapas *UFU Um Novo Desafio*, *Transformação Com-Ciência* e *UFU 2000*, em suas campanhas eleitorais, discursassem uma proposta de administração democrática para a Universidade, o que ficou claro, entretanto, foi a omissão das pessoas, por exemplo, que representavam aqui a chapa *UFU Um Novo Desafio*, em relação a participação da comunidade na escolha de Reitor das gestões anteriores de 1980 a 1984 e de 1984 a 1988, ou seja, essas pessoas, anteriormente, concordaram em deixar a comunidade universitária fora das decisões e escolhas dos antigos reitores da UFU. A chapa *UFU 2000* com o apoio de pessoas do grupo pró-federalização, da gestão de 1988 a 1992, vinha, assim, com o mesmo discurso, e, enquanto, a chapa *Transformação Com-Ciência*, também, com o mesmo discurso democrático, situava-se, por sua vez, no mesmo setor político daqueles grupos que defendiam os interesses da elite uberlandense. Ora! Isso não é um paradoxo? Democracia e oligarquia não são conceitos contrários um ao outro?

Assim, quando na eleição de 1991, em dois turnos, a chapa *Idéias e Ideais* saiu vitoriosa com uma votação da maioria da comunidade universitária, verificou-se, então, a partir daí, as articulações políticas dos grupos derrotados em impedir a nomeação do Reitor eleito, pôr essa comunidade, pelo Presidente da República. Essas articulações, contrárias a nomeação do Reitor eleito, foram, assim, sustentadas por aproximadamente um ano e sendo alegadas, explicitamente, pela inconstitucionalidade na escolha do novo Reitor e, implicitamente, pela simpatia das pessoas da chapa eleita com o partido político de

---

<sup>44</sup> Voto proporcional entre docentes, discentes e funcionários técnico-administrativo

representação dos trabalhadores do Brasil. Desse modo, ficou patente que a efetiva participação do conjunto da comunidade universitária, nas prévias eleitorais para a escolha de Reitor, foi um ação inconstitucional, uma vez que a escolha deveria ser realizada pelo Colégio Eleitoral Especial.

Assim sendo, que grupos são estes que em campanha eleitoral discursam sobre a necessidade de uma real democracia na Universidade e, depois de derrotados, articulam politicamente alegando a inconstitucionalidade da participação do conjunto da comunidade na escolha do novo Reitor, através das prévias eleitorais? Que democracia era essa? Ou melhor, democracia era a escolha pelo Colégio Eleitoral Especial ou era pela vontade do conjunto da comunidade universitária em participar do processo eleitoral? Certamente a primeira possibilidade não vingou porque não convinha.

## FONTES

**Carta-programa.** Democratização da Universidade. Chapa UFU Um Novo Desafio.

**Carta-programa** da chapa Transformação Com-Ciência.

**Carta-programa** do Grupo Pró-Sucessão.

**Carta-programa** para Ensino, Pesquisa e Pós-graduação da chapa UFU 2000.

**Boletim** da campanha, n.º 01, chapa Idéias e Ideais, s/d.

**Manifesto** da chapa Idéias e Ideais – Grupo Pró-Sucessão, 11/10/91.

**Informativo** do Comitê Estudantil de apoio a chapa Idéias e Ideais, s/d.

### Referências bibliográficas

RIBEIRO, Eleonora Estela T. **A constituição da Universidade Federal de Uberlândia e suas articulações com a educação fundamental, através das memórias dos seus atores.** São Paulo: PUC, 1995 (Tese de Doutorado - mimeo).

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas.** Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SOARES, Ricardo Prata e Outros. **Estado, participação política e democracia.** Brasília: CNPq/ ANPOCS, 1985.

CAETANO, Coraly Gará & DIB, Miriam Michel. **A UFU no Imaginário Social.** Uberlândia: UFU, 1988.